



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

PAULA TAMYRES VERÍSSIMO DA SILVA

**GREVE NOS ESTADOS DO NORDESTE NA PRIMEIRA REPÚBLICA:  
LEVANTAMENTOS QUANTITATIVOS E APROXIMAÇÕES ANALÍTICAS.**

JOÃO PESSOA/PB  
2018

PAULA TAMYRES VERÍSSIMO DA SILVA

**GREVE NOS ESTADOS DO NORDESTE NA PRIMEIRA REPÚBLICA:  
LEVANTAMENTOS QUANTITATIVOS E APROXIMAÇÕES ANALÍTICAS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Licenciatura em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, sob orientação do Professor Dr. Tiago Bernardon de Oliveira, como requisito para obtenção do grau de Licenciada em História.

JOÃO PESSOA/PB  
2018

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S586g Silva, Paula Tamyres Veríssimo da.

GREVE NOS ESTADOS DO NORDESTE NA PRIMEIRA REPÚBLICA:  
LEVANTAMENTOS QUANTITATIVOS E APROXIMAÇÕES ANALÍTICAS.  
/ Paula Tamyres Veríssimo da Silva. - João Pessoa,  
2018.

72 f.

Orientação: Tiago Bernardon de Oliveira.  
Monografia (Graduação) - UFPB/CCHLA.

1. Trabalhadores, Primeira República, Greves. I.  
Oliveira, Tiago Bernardon de. II. Título.

UFPB/CCHLA

**GREVE NOS ESTADOS DO NORDESTE NA PRIMEIRA REPÚBLICA:  
LEVANTAMENTOS QUANTITATIVOS E APROXIMAÇÕES ANALÍTICAS.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de História  
do Centro de Ciências Humanas, Letras e  
Artes da Universidade Federal da Paraíba  
– UFPB, como requisito para obtenção do  
grau de Licenciatura em História.

Data de aprovação. 09 de novembro de 2018 - João Pessoa – PB.

**BANCA EXAMINADORA**

Professor Dr. Tiago Bernardon de Oliveira  
Orientador

Professora Dr. Ana Beatriz Ribeiro Barros  
Examinadora

Professora Dr. Regia Célia Gonçalves  
Examinadora

A minha mãe, Maria Elenice.

## AGRADECIMENTOS

Não é fácil abrir caminhos, mas sempre será essencial. Sendo a primeira da família a concluir o ensino superior em uma universidade pública, este trabalho é resultado de todas e todos aqueles que a compõem, aos quais agradeço em nome das minhas avós Maria Felix da Silva e Josefa Lopes da Silva (In memoriam). De maneira especial agradeço ao meu pai Paulo, a minha irmã Thais e a minha mãe Maria Elenice. Mãe, você mais que ninguém me estimulou a seguir os meus sonhos, este trabalho também é resultado dos seus empenhos para que eu me dedicasse integralmente aos meus estudos.

O meu amor pela educação não seria possível sem os exemplos de professores que tive ao longo do curso de história, assim agradeço imensamente aos professores Ângelo Emilio e Damião de Lima, pela oportunidade de atuar como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, que além de me permitir a experiência em sala de aula, foi essencial para a minha permanência na universidade. Ao professor Paulo Giovanni, por ser uma pessoa maravilhosa, que sempre me ajudou durante o curso e contribuiu para a minha formação humana, ao instigar ainda mais em mim o interesse pela temática do Golpe Militar no Brasil através da experiência na Comissão Estadual da Verdade. As professoras Regina Célia e Solange Rocha, por serem meus maiores exemplos de educadoras e intelectuais e a professora Ana Beatriz, por ter aceitado mesmo em cima do prazo, ser a leitora deste trabalho.

Toda minha gratidão ao meu orientador Tiago Bernardon, pela amizade, compreensão e oportunidade desde a orientação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. Sem a sua dedicação à história das pessoas comuns, esse trabalho não seria possível.

As amigas Nara, Lis, Bárbara, Letícia e Juliana, companheiras que o curso de história me presenteou e que caminharam lado a lado comigo durante toda a graduação. A minha parceira de trabalho, projeto, felicidade e tristeza Jéssica, que é uma irmã para toda a vida. Aos colegas da gestão Ágora do Centro Acadêmico de História, nossas reuniões e ações tornaram este curso muito mais animado.

Gratidão a minha amiga Thayanne, por fazer parte da minha vida desde a infância e compartilhar comigo o desejo por um mundo mais justo, em que a educação seja o principal meio de mudança social.

As minhas tias e amigas Cícera, Cecília e Josefa, por serem exemplos de mulheres corajosas e inteligentes, que dedicaram parte das suas vidas a minha, bem

como ao meu padrinho Jeová, por estimular o interesse pela leitura e por acreditar nos meus sonhos.

Por último, mas não menos importante, ao meu companheiro, amigo e porto seguro Eliwerton, por todo apoio durante os anos da graduação. Não posso resumir em palavras toda a minha gratidão a você, sem sua presença a luta por uma vida justa seria muito mais difícil.

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo analisar algumas greves realizadas nos estados nordestinos de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte durante a Primeira República, a fim de perceber a mobilidade e atuação dos trabalhadores urbanos através das disputas e relações de poder com outros grupos e ideias políticas, como as empresas/proprietários e o próprio Estado. Para tanto, nos apoiamos nas ideias de Silvia Pertersen (1995) de *cruzar fronteiras* para compreender as proximidades e divergências dos grupos de trabalhadores, inseridos em espaços distintos. A partir da problemática posta, tendo como perspectiva teórica e metodológica a História Social, especialmente a vertente caracterizada pelas análises relacionadas aos “Mundos do Trabalho”, buscamos fomentar discussões significativas sobre a análise articulada da classe trabalhadora urbana nordestina, ainda tão escassas nas discussões historiográficas.

**Palavras – chaves:**

**ABSTRACT:** This paper aims to analyze some strikes in the following northeastern states of Brazil: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba and Rio Grande do Norte during the First Republic, in order to realize the motion and activity of the urban workers through the dispute and power relations with other groups and political ideas, like companies/owners of companies or even the State. Relying on the ideas of Silvia Pertersen (1995) about *crossing borders* and understanding the proximities and divergences, inserted in different places. From the question stated, having Social History as the theoretical and methodological perspective, specially the strand distinguished for reviews related to the “Labour Worlds”, we seek to instigate meaningful discussions about the articulate analysis of the northeastern working class, still so meager in the historiography.

**Palavras – chaves: Workers, First Republic, Strikes.**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I: TRABALHADORES, HISTORIOGRAFIA E MODERNIZAÇÃO.....	12
1.1 O lugar reservado “aos de baixo” na história.....	13
1.2 Modernização e trabalhadores urbanos no início do século XX.....	18
CAPÍTULO II: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E GREVES EM ESTADOS DO NORDESTE – 1900 1930.....	23
2.1 Elementos para interpretação da classe trabalhadora nordestina.....	24
2.2 Greves de Trabalhadores em Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba Pernambuco.....	30
CAPÍTULO III: ESTUDO DE CASO: A GREVE DOS FEVORRIÁRIOS DA <i>GREAT WESTERN</i> EM 1909.....	47
3.1 Primeiras articulações.....	48
3.2 A greve.....	51
3.3 Últimas negociações e fim da greve.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS.....	59

## INTRODUÇÃO:

Durante a história da luta de classes, os conflitos entre os dominantes e dominados têm-se manifestado a partir das opressões e resistências. Essas duas ações se materializam de formas distintas dependendo da época e lugar em que estão inseridas.

A resistência pode ser apresentada de forma direta e caótica, como os motins de fome ocorridos durante o século XVIII na Inglaterra, ou por meio de práticas cotidianas contrárias a determinadas estruturas sociais, como é o caso, por exemplo, do aborto ou da quebra de instrumentos de trabalho por pessoas negras escravizadas durante o período escravista no Brasil. Da mesma forma, ocorre com a opressão, configurando-se através de violências diretas, como a coerção a trabalhadores envolvidos em movimentos grevistas ou através da tutelação e autoridade, em muitos casos paternalista, desempenhada por latifundiários sobre trabalhadores rurais, dependentes da terra que não é sua.

Na história da classe trabalhadora, os conflitos derivados da relação capital-trabalho fazem parte das suas vivências cotidianas imersos em uma sociedade regida pelo capitalismo. Dentro desse contexto, os trabalhadores demonstram suas conformidades ou resistências das mais variadas formas, os movimentos que envolvem greves são uma delas. Apresentada pela historiografia como um movimento de reivindicação clássica da classe trabalhadora, a greve ocorre em espaços urbanos e rurais por diversos fatores, envolvendo grupos e pessoas com interesses distintos e, assim como os significados de opressão e resistência, varia de acordo com o contexto em que se manifesta.

Para os trabalhadores urbanos, no início do século XX, a greve exercia um papel fundamental na luta por melhores condições de trabalho e vida. Neste período, reivindicações para a regulamentação de trabalho das mulheres, manifestações contra a carestia de vida e pela redução da jornada de trabalho para oito horas diárias foram fundamentais para medidas implantadas posteriormente, como é o caso da Consolidação das Leis do Trabalho, que entrou em vigor a partir de 1943.

Essa importância e diferenças de perspectiva podem ser observadas a partir das ideias que circulavam durante a Primeira República nos jornais operários produzidos por militantes/simpatizantes da causa, ou por associações de classes organizadas no período, como é o caso do jornal *A Ação* – Órgão da Sociedade União dos Estivadores,

cujo único número circulou na cidade do Recife no 1º de Maio de 1918. O jornal apesar de ter como objetivo a divulgação das manifestações comemorativas sobre o 1º de Maio, também trouxe em suas páginas a importância do movimento grevista para os trabalhadores, como é possível observar no tópico “*Acção e Tactica*”, transcrito por meio *D’a questão operaria e Syndicalismo*: “Significa dizer que a greve constitui, quando esgotados os meios pacíficos, a melhor arma de combate do operariado, muito especialmente quando bem compreendida pelos indivíduos que n’ella tomam parte”.<sup>1</sup>

Já no jornal operário *Germinal*, do ano de 1920, organizado pelo militante comunista Agripino Nazareth e noticiado aos sábados na Bahia, divulga-se a ideia do grevista como o trabalhador que, cansado de vivenciar a exploração cotidiana do seu ambiente de trabalho, une-se ao seu companheiro na tentativa de superar a sua realidade, mas acaba sendo duramente reprimido, como consta, por exemplo, no poema de Sylvio Figueiredo cujo título é “Os Grevistas”:

São operários andrajosos gente que a eternidade inexoral mina e a miséria acorrenta, imponente, aos horrores da vida da officina. Na luta desigual que os extermina, cada um, reconhecendo-se impotente, une-se ao seu irmão, na supina em solidariedade commovente.

E unida, estuante, ao fulvo sol da praça. Direito à vida – exora a população. Pede mais pão a turba sofredora.

E tem como resposta, nesse abalo, o argumento da pata do cavalo e as eloquencias da metralhadora!<sup>2</sup>

Nas duas passagens, o movimento grevista tem um papel central nos conflitos diários da classe trabalhadora, mas são abordados de formas e com interesses distintos. No primeiro caso a greve se coloca como o recurso mais importante no qual os trabalhadores podem recorrer depois de tentativas de diálogos frustradas com seus patrões; já no segundo artigo, tratando-se na verdade de um poema, expressa-se através do sujeito-trabalhador grevista, as relações de opressões, resistências e dominações inseridas no movimento.

Para entender melhor as características desse processo, este trabalho objetiva analisar algumas greves realizadas por trabalhadores urbanos em estados do atual Nordeste durante a Primeira República, através dos registros realizados pela imprensa tradicional – organizada pelo Estado ou por grupos políticos – jornais operários,

<sup>1</sup> **A Ação**. Recife, ano I, n.1, 01 de maio de 1918, p.2.

<sup>2</sup> **Germinal**. Bahia, ano I, n.1, 19 de março de 1920, p.4.

Relatórios dos Presidentes dos Estados e obras referenciais, buscando assim compreender os meios de organização construídos pelos trabalhadores, bem como contribuir com a historiografia da história vista de baixo, a partir da análise das formas de articulações individuais e coletivas dos trabalhadores urbanos.<sup>3</sup>

A escolha de trabalhar com três fontes impressas distintas, partiu da dificuldade que os historiadores da história social do trabalho possuem em localizar evidências e registros das pessoas comuns, que em geral deixaram poucas ou nenhuma forma de informações a seu respeito. Assim, realizamos a coleta de dados no acervo de jornais operários do militante comunista Astrogildo Pereira, localizados no centro de documentação da UNESP e produzidos nos estados de Alagoas, Ceará, Pernambuco e Bahia, além de periódicos da imprensa tradicional desses estados, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, bem como os relatórios dos Presidentes dos estados mencionados.

A utilização dessas fontes articuladas permitiu uma avaliação mais abrangente dos conflitos de classe, representados através das deflagrações dos movimentos grevistas. Os jornais da imprensa tradicional foram acessados online através do site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (<http://hemerotecadigital.bn.br/>), ferramenta que permite a consulta a periódicos de todos os estados brasileiros, bem como os relatórios de seus presidentes.

O recorte temporal deste trabalho que vai de 1900 a 1930, sustenta-se em contraposição a historiografia clássica relacionada à classe trabalhadora brasileira, que fundamentou a criação da ideia de trabalhador da Primeira República ligado aos estados que possuíam industrialização mais avançada, nesta época Rio de Janeiro e São Paulo, excluindo por muito tempo operários de outras regiões do país, bem como suas atuações e formas de organizações. Além disso, ressalta-se que apesar dos estudos sobre greves durante este período se colocarem como um campo consolidado na historiografia social do trabalho no Brasil, as pesquisas referentes a estados do atual Nordeste ainda são escassas e limitadas e não podem ser excluídas ou descartadas da historiografia, apenas pelo fato de se constituírem como aspectos já bastante discutidos pelos historiadores em outras regiões do país.

---

<sup>3</sup> Ressalta-se que o interesse de trabalhar com esta temática surgiu a partir da participação como bolsista no projeto de Iniciação Científica intitulado de: “Trabalhadores urbanos e suas associações no Nordeste da Primeira República: elementos para interpretação de sua história”, orientado pelo professor Dr. Tiago Bernardon de Oliveira, o qual mais uma vez agradeço imensamente pela oportunidade.

Dessa forma, almejando compreender as articulações travadas pelos trabalhadores urbanos nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte através dos movimentos grevistas, este trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro capítulo, realizaremos uma análise historiográfica sobre o papel destinado aos trabalhadores durante a história acadêmica, evidenciando as principais fases e contribuições teóricas relacionadas ao tema, tendo em vista que as revisões historiográficas são de fundamental importância para compreensão da dinâmica da escrita da história, e ainda neste primeiro item, discutiremos as posições desta classe frente ao processo de modernização em desenvolvimento no Brasil durante a Primeira República, bem como as manifestações dessas mudanças na vida dos trabalhadores.

Já no segundo capítulo abordaremos as manifestações de greves registradas pelas fontes impressas utilizadas para a realização deste trabalho, bem como um mapeamento das atuações, ideias, associações, sindicatos e grupos políticos organizados na época, que foram fundamentais para a consolidação desses movimentos e essenciais para a compreensão da dinâmica da luta de classe nesses espaços.

O terceiro e último capítulo será dedicado a uma análise mais específica do movimento grevista dos trabalhadores ferroviários da Great Western ocorrido em janeiro de 1909 nos estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, no qual procuramos demonstrar as reivindicações da classe e suas formas de organização, levando em consideração que a mesma ocorreu em vários estados diferentes por um espaço considerável de tempo. Além disso, procuramos analisar as formas que as notícias chegavam à população desses estados através da veiculação da imprensa tradicional.

## CAPÍTULO I: TRABALHADORES, HISTORIOGRAFIA E MODERNIZAÇÃO

Quem construiu Tebas, as das sete portas?  
 Nos livros vem os nomes dos reis,  
 Mas foram os reis que transportaram as pedras?  
 Babilônia, tantas vezes destruída,  
 Quem outras tantas a reconstruiu?  
 Em que casas Das Lima Dourada moravam seus obreiros?  
 No dia em que ficou pronta a muralha da China,  
 Para onde foram os seus pedreiros?  
 A grande Roma está cheia de arcos de Triunfo.  
 Quem os ergueu?  
 Sobre quem triunfaram os Césares?  
 A tão cantada Bizâncio só tinha palácios para seus habitantes?  
 Até a legendária Atlântida na noite em que o mar a engoliu, viu  
 afogado gritar por seus escravos.  
 O jovem Alexandre conquistou as Índias sozinho?  
 César venceu os gauleses.  
 Nem se quer tinha um cozinheiro a seu serviço?  
 Quando sua armada se afundou Filipe de Espanha chorou.  
 E ninguém mais?  
 Frederico II ganhou a guerra dos setes anos.  
 Quem mais ganhou?  
 Em cada página uma vitória.  
 Quem cozinhou os festins?  
 Em cada década um grande homem.  
 Quem pagava as despesas?  
 Tantas histórias.  
 Quantas perguntas. (**Perguntas de um operário que lê**. Bertold  
 Brecht).

O poema *Perguntas de um operário que lê*, foi escrito pelo poeta e dramaturgo alemão do início do século XX Bertold Brecht. Inserido em um contexto social marcado por guerras, revoluções e extremas desigualdades sociais, Brecht usou a sua arte para denunciar seu inconformismo frente às problemáticas de seu tempo. Em especial no poema aqui elucidado, o autor conseguiu transcrever através de menções a fatos históricos o que durante muito tempo foi realizado pela historiografia. Os historiadores ao selecionarem as temáticas de seu interesse, privilegiaram os grandes fatos, principais nomes e acontecimentos políticos, que acabaram consagrando-se como a história universal e clássica, excluindo uma infinidade de acontecimentos ligados ao aspecto social e cultural, como a história da classe trabalhadora, das mulheres e dos negros, que foram relegadas ao silenciamento e obscurantismo.

Foi apenas no início do século XX, que em oposição a esse tipo de produção do conhecimento histórico destinado a evidenciar os grandes heróis e acontecimentos políticos, que surge na Europa, sobretudo na França, o movimento que ficou conhecido como Escola dos Annales. Liderado principalmente por Marc Bloch e Lucian Febvre, a escola dos Annales teve por objetivo ir contra a historiografia tradicional e factualista, propondo uma história-problema que comungasse com outras ciências sociais, a partir de novas temáticas, alargamento de objetos e métodos. Esta perspectiva tornou-se um marco para a constituição de uma nova história, exercendo influência significativa nas posteriores produções historiográficas brasileiras.<sup>4</sup>

Nesse sentido, buscando realizar uma narrativa sobre os estados do atual Nordeste na Primeira República que se proponha a discutir e problematizar as produções historiográficas sobre este período, pretendemos neste capítulo evidenciar o lugar da classe trabalhadora na historiografia brasileira, bem como o papel desses sujeitos no processo de modernização vivenciado no Brasil no final do século XIX e início do século XX.

### **1.1 O lugar reservado “aos de baixo” na História.**

No Brasil, segundo o historiador Claudio Batalha<sup>5</sup>, no que se refere às produções sobre a classe trabalhadora brasileira, as primeiras obras e estudos começaram-se a desenvolver-se em meados do século XX, por volta da década de 1950. Por ser considerada como uma temática de ordem secundária e do não interesse de historiadores acadêmicos, a mesma foi inicialmente produzida por pessoas ligadas ao próprio movimento operário, como sindicalistas, jornalistas, ativistas políticos e simpatizantes. Chamada de “produção militante”, essa primeira vertente se utilizou dos seus próprios documentos e experiência para produzir a história de suas organizações, associações e atividades políticas, através dos seus jornais, folhetos e revistas. Questões referentes às condições do operariado brasileiro, relacionadas às suas condições de trabalho ou formas de organização, eram bastante comuns em artigos publicados em

---

<sup>4</sup> CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. **História Social**. In: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. (Org.). Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia. 1ed. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1997, v., p. 45-60.

<sup>5</sup> BATALHA, Cláudio. **A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetórias e tendências**. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 145-158.

jornais operários desde o início do século XX e serviram de base para as primeiras análises relacionadas à organização da classe trabalhadora.

Esta primeira vertente se divide em três fases principais de produções desenvolvidas entre as décadas de 1950 e 1960: a primeira está relacionada às produções que levaram em consideração os grandes fatos realizados por associações e/ou sindicatos como, por exemplo, as principais greves e participações em congressos. A segunda diz respeito às narrativas relacionadas ao Partido Comunista do Brasil, que frisavam, sobretudo, a questão da consciência de classe dos trabalhadores brasileiros, adquirida após a criação e atuação do partido, e a terceira e última por meio das produções relacionadas à memória de indivíduos ou grupos inseridos nesse processo.

Apesar de ser considerada como uma produção não acadêmica, pois além de outros fatores, algumas dessas obras eram produzidas no sentido de tentar legitimar posições políticas internas do movimento operário, seu pioneirismo e legado se colocam como fatores essenciais, tanto em contribuição ao conhecimento histórico, como em fonte e registro para a historiografia.

Ao longo da segunda metade do século XX surgiram duas outras perspectivas produzidas e legitimadas academicamente, que passaram a construir bases mais sólidas para obras posteriores. Nos anos de 1960, entra em cena uma tradição de estudos acadêmicos voltados para a classe operária a partir de análises sociológicas, que produziram grandes sínteses para explicar de forma geral o movimento operário e suas opções ideológicas.

Com o intuito de produzir sínteses explicativas referentes aos comportamentos políticos da classe operária brasileira, os cientistas sociais acabaram produzindo mitos que ecoaram durante muito tempo no universo acadêmico, como, por exemplo, a influência estrangeira sobre o movimento operário, principalmente de vertente anarquista, na formação e organização do operariado brasileiro, os limites políticos imputados à sua origem rural e a ausência de experiências voltadas às formas de organização tidas por mais combativas, que impactariam na falta de consistência para a deflagração dos vários movimentos durante o início do século XX e sua adesão a projetos populistas a partir da década de 1930.

É apenas a partir dos anos 1970 que os historiadores acadêmicos passaram a se preocupar em produzir pesquisas na área da história do trabalho no Brasil. Inicialmente esses estudos estavam voltados essencialmente ao movimento operário da Primeira

República desencadeado nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, que se configuravam como os principais polos industriais no período e concentravam um número maior de trabalhadores urbanos desde o início da industrialização do país. Este fato permitiu que por muito tempo a história da classe trabalhadora brasileira se resumisse aos acontecimentos ocorridos nos estados citados, tornando-se a história geral do movimento operário do Brasil.

Ao mesmo tempo, é válido levar em consideração que a década de 1970 foi marcada pelos intensos movimentos grevistas ocorridos no ABC paulista em plena ditadura civil-militar, e contribuiu para que os interesses dos historiadores se concentrassem inicialmente nas primeiras décadas do século XX, pois “ela parecia oferecer a imagem da autonomia originária – e perdida – dos trabalhadores. Tal imagem de autonomia e diversidade do movimento operário no início do século parecia mais compatível com a desenvoltura do novo sindicalismo”.<sup>6</sup>

De início essa perspectiva se deu com historiadores estrangeiros, os chamados brasilianistas, que possuíam acesso mais facilmente às fontes primárias, sobretudo as produzidas pela própria imprensa operária. No que diz respeito à produção genuinamente brasileira, destaca-se a importância da criação dos cursos de pós-graduação e o clima de abertura política que começava a dar seus primeiros passos no final dos anos 1970.

A partir da década de 1980 a história do trabalho no Brasil passou por uma renovação metodológica, que reconsiderou recortes cronológicos e espaciais ampliando a concepção da história operária que voltava-se apenas para o operariado fabril, desenvolvendo pesquisas a partir de novos horizontes que abarcavam, por exemplo, o cotidiano de trabalhadores urbanos e rurais, bem como suas ações para além do espaço organizado do sindicato de caráter revolucionário, considerando também entidades reformistas e outros.<sup>7</sup>

Este quadro de mudanças foi impulsionado, sobretudo pelo desenvolvimento da história social do trabalho inglesa, a partir da perspectiva de análise da “História vista

---

<sup>6</sup> CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, Campinas, v.14, n.26, p. 30-31.

<sup>7</sup> BATALHA, Claudio. *A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetórias e tendências*. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 145-158.

de baixo”, que além de criticar o dogmatismo do marxismo ortodoxo, permitiu a possibilidade de novas interpretações sobre diversos atores sociais, explorando experiências históricas de homens e mulheres comuns, antes ignorados pela historiografia clássica.<sup>8</sup> No Brasil, o historiador mais influente desta corrente é Edward P. Thompson, que por meio da sua obra *A Formação da classe operária inglesa*, traduzida para o português em 1987, lança uma nova concepção de análise da classe trabalhadora, discutindo aspectos historiográficos e metodológicos que por muito tempo foram relegados na historiografia, contribuindo para a produção de diferentes perspectivas sobre classe e consciência de classe e impulsionando diversos estudos no país, por meio da ampliação de recursos documentais, como a utilização depoimentos orais, processos judiciais, policiais e outros.

Apesar disto, mesmo a partir dos novos recortes cronológicos, espaciais e metodológicos a pesquisa acadêmica sobre a história da classe trabalhadora brasileira ainda se constitui de forma majoritária no eixo Rio-São Paulo. Segundo a historiadora Silvia Pertersen, os primeiros estudos que buscaram ampliar os limites do eixo central acabaram se limitando a seguir os exemplos da historiografia já consolidada, e a realizar produções que pretendiam escrever a história do movimento operário a nível regional, o que resultou em uma visão estereotipada e simplista do movimento da classe trabalhadora nos demais estados brasileiros.<sup>9</sup> Desta forma, realizando quase que um caminho inverso, nos apoiamos nas ideias da autora em *Cruzar Fronteiras*, ao buscar mapear de forma articulada os movimentos de trabalhadores urbanos em estados do atual Nordeste da Primeira República, evidenciando uma história regional para além dos limites geográficos de apenas um estado.

Neste sentido, inclui-se alguns estudos desenvolvidos por historiadores dedicados a história social do trabalho como a obra pioneira *História da indústria e do trabalho no Brasil* de Victor Leonardi e Francisco Foot (1982), que possui um capítulo dedicado a registros de organizações da classe trabalhadora nordestina, além de análises mais recentes que tem por objetivo evidenciar as diversas lutas desenvolvidas pelos

---

<sup>8</sup>SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: UNESP, p. 39-62, 1992.

<sup>9</sup>PETERSEN, Silvia. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. **Anos 90**, n. 3, p. 129-153, maio 1995.

trabalhadores durante a Primeira República, bem como contribuir para o preenchimento da lacuna historiográfica nesta área, como é o caso da obra *A maldição do Trabalho – Homens pobres, mendigos, ladrões... no imaginário das elites nordestinas* de Ariosvaldo da Silva Diniz, publicado em 2004, na qual o autor demonstra os impactos da modernização, seus discursos moralizantes e vigilantes no cotidiano da classe trabalhadora, tendo como análise central os acontecimentos ocorridos no estado da Paraíba durante o período de 1850 a 1930. A tese de doutoramento produzida por Aldrin Castelluci em 2008, intitulada de *Trabalhadores, máquinas políticas e eleições na Primeira República*, que analisa a participação dos trabalhadores baianos nas eleições municipais, estaduais e federais durante este período. Também destacam-se as coletâneas *Manifestações Operárias e Socialistas em Pernambuco*, organizada por Aurélio de Menezes, Maicon Maurício e Rafael Santana, e *Trabalho e Trabalhadores no Nordeste* de 2015, organizado por Tiago Bernardon de Oliveira, sobre manifestações de trabalhadores paraibanos, pernambucanos e alagoenses.

Além disso, as dissertações de Waldeci Ferreira Chagas (1996), *Prática Política e Transformações no Cotidiano dos Trabalhadores em João Pessoa na década de 1930*, e de Márcio Tiago Aprígio de Figueirêdo (2016), *Solidários nos demos as mãos: As Associações mutualistas de trabalhadores na Parahyba do Norte (1881- 1910)*, bem como artigos publicados na revista *Mundos do Trabalho* de Marina Barbosa Carvalho da Costa (2012) *Quando o canto é reza: lazer, morte e greve na formação da classe trabalhadora na freguesia da Gávea (1896-1917)*, de Claudia Monteiro (2007), *Ferrovários em greve: relações de dominação e resistência a RUPSC*, e de Eduardo de Oliveira Parente (2010), *O tufão das reivindicações operárias: trabalho urbano e conflitos sociais*.

Desta maneira, os estudos aqui referidos demonstram o paulatino desenvolvimento da história regional acerca da história da classe trabalhadora nordestina na Primeira República, a partir das suas mais variadas atuações. Assim, tendo por base esses e outros estudos, procuramos analisar alguns movimentos grevistas que se desenrolaram em estados do atual Nordeste frente a um processo de modernização que impunha além de mudanças estruturais, novas formas de mentalidades que tinham como objetivo principal a implantação da ideia de valorização do trabalho. Buscando evidenciar as formas de resistência dos trabalhadores em meio a

essas transformações sociais ocorridas de baixo pra cima e que se afluaram a partir dos conflitos sociais da relação capital - trabalho, pautamos nossas reflexões a partir dos seguintes questionamentos: Como se estruturou o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre durante o século XX? Qual impacto das mudanças provocadas com a instauração da Primeira República no Brasil para os trabalhadores urbanos? De que forma os conflitos de classe foram expressos pelos trabalhadores nordestinos em meio a esse estado de transformação?

## **1.2 A modernização e o lugar reservado aos trabalhadores no início do século XX**

“A burguesia, pelo rápido desenvolvimento de todos os instrumentos de produção, pelos meios de comunicação imensamente facilitados, arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a civilização. Em uma palavra, cria um mundo à sua própria imagem”.<sup>10</sup>

Os últimos anos do século XIX e início do século XX no Brasil foram marcados por transformações em todas as esferas da sociedade. O fim dos mais de trezentos anos de escravidão, o advento da República e o impulsionamento da economia capitalista em países periféricos possibilitaram a entrada do país em um grau de desenvolvimento que demandava uma mudança não apenas estrutural e física, mas de mentalidades e comportamentos. Importados da Europa, sobretudo da sociedade francesa, os novos hábitos de socialização estavam permeados pelas ideias de civilização e modernização, e foram rapidamente incorporados pelas elites brasileiras.

Rompendo com uma economia em que a base do desenvolvimento sustentava-se a partir do trabalho escravo, a mão de obra imigrante, o avanço de tecnologias modernas nos setores fabris e habitacionais, como a energia elétrica e os princípios liberais econômicos foram impulsionados pelo novo regime e pelo os intensos investimentos internacionais no setor público e privado, essenciais para o desenvolvimento do capital e progresso no Brasil.

---

<sup>10</sup> KARL, Marx; FRIEDRICH, Engels. **Manifesto do Partido Comunista**. 2ed. São Paulo: Editora Sundermann, 2009.p. 112.

As elites da época cumpriram um papel essencial no estabelecimento desse processo, ao impulsionar novos hábitos e costumes que tinham como objetivo principal a higienização das cidades, a fim de equiparar-se aos países europeus. Sidney Chalhoub ao analisar esse processo na cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal do período e a principal urbe a vivenciar essas transformações afirma que:

Tratava-se, na verdade, de um projeto político de reforma social veiculado de forma consciente e agressiva por uma classe dominante diretamente comprometida com a penetração de capital e de bens industrializados provenientes da metrópole capitalistas avançadas. Tratava-se, portanto, de um projeto social “totalizante” – no sentido que visava a impor não só mudanças materiais, mas todo um modo de vida – e profundamente autoritário – no sentido que visava realizar essas mudanças à força e sem nenhuma consideração maior para com aqueles setores sociais que sofreriam as consequências diretas de tais transformações.<sup>11</sup>

Os ideários da Revolução Francesa – liberdade, igualdade e fraternidade – que influenciaram profundamente as ideias republicanas, parecem não ter atingido na prática a sociedade brasileira. Partindo de um processo *ocorrido de fora para dentro e de cima para baixo*, o novo governo continuava a excluir as pessoas comuns do processo de decisão política. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891, apesar de estabelecer o direito de voto para todos os cidadãos brasileiros, estabelecia vários critérios para sua efetivação, tais como os eleitores possuírem alfabetização, residência fixa, maioria e serem do sexo masculino.<sup>12</sup> Estas prerrogativas continuavam a marginalizar as mulheres e homens pobres, que além de não possuírem acesso à educação, na maioria dos casos não dispunham de moradia.

Este cenário torna-se ainda mais complexo ao analisar as experiências vivenciadas por trabalhadores dos estados do atual Nordeste, que além de estarem submetidos aos fatores já mencionados, estavam inseridos em uma lógica política distinta dos demais estados do país, pois as oligarquias políticas exerciam poderes profundos no cotidiano da classe trabalhadora, atuando de modo a atender seus interesses sempre que fosse considerado necessário. Além disso, os fatores climáticos,

---

<sup>11</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho Lar e Botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Editora Brasiliense, 1986, p. 169.

<sup>12</sup> MOREIRA, Keila Cruz. **Em nome da República**: Escolas e Tradições Modernas. Natal: Dissertação de mestrado em Educação/UFRN, 2011.

como é o caso da seca, dificultavam em muitos aspectos uma possível maior autonomia dos mesmos, que migravam constantemente em busca de melhores condições de vida, já que a partir da nova Constituição excluía-se a obrigação do governo de promover socorro público às pessoas necessitadas, presente anteriormente na Constituição monárquica.<sup>13</sup>

Apesar da pouca intensidade dos impactos da modernização impulsionados, sobretudo pelo novo regime político do país, os estados nordestinos sofreram influências significativas em sua dinâmica social, transportando as novas formas de agir e pensar para seu cotidiano. Em Pernambuco, por desde os tempos coloniais representar um importante polo econômico, essas mudanças já se faziam sentir nos primeiros anos do século XIX. Segundo Sandro Vasconcelos da Silva, a influência europeia na dinâmica interna da cidade foi crucial para a proliferação de um novo contexto social que se adequasse aos seus conceitos de modernização e civilidade. Assim:

Aos poucos um novo estilo de vida, baseado nas elites cultas passou a ser aceito, pois era considerado como um elo perfeito que uniria a estrutura oligárquica local à modernidade europeia, assumindo um aspecto de continuidade natural, preservando o mais importante para essas pessoas: as estruturas de poder.<sup>14</sup>

As cidades como uma representação direta das mudanças em curso passaram por uma reorganização estrutural a partir daquilo que então passou a ser considerado como belo, limpo e moderno, tendo em vista que a consolidação de novos hábitos, necessitou de espaços que estimulassem a sua realização. Dessa forma, novos comércios, abertura de ruas, construções de praças e jardins, luz elétrica e embelezamento da cidade passaram a ser constantes reivindicações das elites, que embora exigissem um novo estilo de vida, preservaram a continuidade das relações de dominação sob seu poder no espaço urbano. No Rio Grande do Norte, por exemplo, o principal influenciador das ideias republicanas no Estado e presidente do Partido Republicano criado em 27 de janeiro de 1889, era membro da tradicional elite burguesa agro-comercial, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão médico e professor de História Geral.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> Ibid., p. 30.

<sup>14</sup> SILVA, Sandro Vasconcelos da Silva. **Quando o Recife sonhava em ser Paris**: A mudança de hábitos das classes dominantes durante o século XIX. Revista Saeculum, n. 25, p. 216, 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/14002> Acesso em: 20 de agosto de 2018.

<sup>15</sup> Ibid., p. 215.

Assim, para enfeitar a cidade era necessário descartar todas as formas de vida e trabalho que não fossem consideradas dignas de uma sociedade moderna. As classes pobres, que não representavam esses ideais, vistos como ignorantes e incivilizadas, tiveram suas casas destruídas e seus hábitos cotidianos infligidos. Neste processo, além das elites, o próprio Estado desempenhou um papel crucial no estabelecimento das novas normas de conduta. Na Paraíba, por exemplo, segundo o historiador Waldeci Ferreira Chagas o projeto de modernização contou com o auxílio de médicos sanitaristas, engenheiros e delegados da polícia que, para atender os anseios das elites no combate a epidemias, no embelezamento e ordem da urbe, expulsaram as pessoas pobres das áreas centrais da cidade onde residiam e trabalhavam os mantendo sob constante vigilância. O Código de Postura da época foi um dos mecanismos principais utilizados para a disciplinarização das classes pobres, principalmente no que se refere à moradia.<sup>16</sup>

Ainda segundo Waldeci Ferreira Chagas, o Código de Postura proibiu a construção e manutenção de casebres, implantando uma série de restrições e normas para construção de casas, que não eram compatíveis com a situação econômica da classe trabalhadora da época, pois, “além de instituir uma política de demolições, a ordem dos médicos era de mandar queimar os restos dos casebres e barracos, para impedir que as pessoas reaproveitassem os materiais para a construção de um barraco em outro local da cidade”.<sup>17</sup>

Para as classes pobres, este cenário que se moldava, significou uma nova concepção sobre trabalho, espaço social e urbano. O fim dos mais de trezentos anos de escravidão e o avanço da modernidade trouxeram consigo a ideia de valorização do trabalho como algo fundamental para o estabelecimento da civilização, moral e ordem. Os valores e comportamentos dessas pessoas precisavam ser moldados para corresponder aos interesses do novo regime político. Para tanto, foi necessário estabelecer vários mecanismos de controle e disciplinarização social, a fim de garantir que a maioria da população seguisse a lógica de trabalho capitalista, em que a única alternativa se constituía na venda de sua própria força de trabalho, o corpo e, por

---

<sup>16</sup> CHAGAS, Waldeci Ferreira. Cotidiano de trabalhadores urbanos na Parahyba moderna. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (org.). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste – Análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba**. Campina Grande: Eduepb, 2015.

<sup>17</sup> Ibid., 149.

consequente a mente. Como consequência dessa estrutura, é possível identificar várias expressões dos conflitos sociais, através de insubordinações e insurreições que emergiram a partir das péssimas condições de trabalho, moradia e subsistência a que estavam condicionados os trabalhadores urbanos.

Organizados em associações de classes, de socorro mútuo ou em sindicatos, a população pobre nordestina desse período, sentindo em seu cotidiano as expressões dos conflitos de classe, reivindicavam questões básicas e essenciais para sua sobrevivência como gêneros de primeira necessidade acessíveis, moradia e melhores condições de trabalho. Esses conflitos expressavam-se na deflagração de movimentos e greves, mas também em denúncias a jornais e migração para outras áreas do país. São essas vivências que procuramos evidenciar no próximo capítulo, a partir de alguns registros e evidências sobre as formas de organização dos trabalhadores urbanos no Nordeste da Primeira República.

## **CAPÍTULO II: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E GREVES EM ESTADOS DO NORDESTE – 1900 1930**

Diferentemente do estereótipo construído sobre o operariado da região Centro-Sul do Brasil durante a Primeira República, a partir da ideia de imigrante que veio para substituir a mão de obra escravizada africana, sobretudo com perspectiva política anarquista, na região atualmente conhecida por Nordeste, à configuração dos trabalhadores urbanos se compunha de forma muito distinta.

Apesar de não termos conhecimento de estudos relacionados às características dos trabalhadores urbanos nordestinos durante a transição do trabalho escravizado para o trabalho livre assalariado, sabemos que a partir de 1850 os números de escravizados na região vinham diminuindo, sendo muitos desses vendidos para o Sul em decorrência da baixa produtividade do açúcar. Segundo Josemir Camilo Melo, “a população escrava, em Pernambuco, em 1874, era apenas de 12,4% da população livre, enquanto que, em Alagoas, chegava a 10,3%, caindo, na Paraíba, para 7,0% e, mais ainda, no Rio Grande do Norte, para 5,5%”.<sup>18</sup> Além disso, a mão de obra imigrante que veio para substituir a mão de obra escrava não teve peso significativo, comparada com as demais regiões do país, sobretudo aquelas que possuíam base econômica vinculada às plantações de café.

Dessa forma, podemos supor que a mão de obra urbana nordestina durante as primeiras décadas do século XX, compunha-se de homens e mulheres livres, descendentes de escravizados, pardos, negros e mulatos, que como mencionado no capítulo anterior, estavam envolvidos em um projeto de modernização que se utilizou de mecanismos de controle social, como a violência e repressão, para excluir seus costumes e formas de vida. Procurando mapear de forma mais concreta quem eram esses homens e mulheres, objetivamos identificar as condições de atuação e organização dessas pessoas, para compreender a dinâmica do trabalho e vida dos mesmos durante esse período na região do atual Nordeste.

---

<sup>18</sup> MELO, Josemir Camilo. **Escravos e moradores na transição para o trabalho assalariado em ferrovias de Pernambuco**. Revista Saeculum, n. 25, p. 115-130, 2011. Disponível em: Acesso em: 20 de agosto de 2018.

## 2.1 Elementos para interpretação da classe trabalhadora nordestina

Levando em consideração o caráter escasso das informações relativas às formas de organização da classe trabalhadora, as fontes se constituem como uma das maiores dificuldades para o desenvolvimento de produções historiográficas relacionadas à temática. Este cenário torna-se ainda mais complexo ao analisar os trabalhadores urbanos em estados do atual Nordeste, que por uma série de fatores, como a falta ou pouca escolarização e organização de forma mais efetiva e permanente ao longo do tempo, deixaram poucos registros sobre as suas formas de experiência e articulações coletivas. Dessa forma, procurando identificar os registros de greves realizadas durante a Primeira República nessa região, buscamos analisar de forma comparativa e articulada diferentes fontes impressas, como é o caso da imprensa tradicional, os jornais operários e os Relatórios dos Presidentes dos Estados.

Procuramos considerar as funções sociais desses impressos, a partir da historicização do seu conteúdo, tendo em vista que qualquer documento apresenta em seu teor variedades de interesses e informações, pois, como salienta Tânia de Luca “é importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes que nada têm de natural”.<sup>19</sup>

A imprensa operária foi analisada a partir da leitura completa dos jornais organizados pelo militante comunista Astrogildo Pereira, que se encontram localizados no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM-UNESP).<sup>20</sup> Por tratar-se de uma imprensa relacionada aos interesses da própria classe trabalhadora, esses jornais, em sua maioria, foram organizados por intelectuais e/ou militantes e por associações de classe existentes no período. Apesar de em muitos casos se tratarem de edições efêmeras, os jornais operários foram de extrema importância para a divulgação e ao mesmo tempo politização da classe operária, que através das suas páginas não apenas divulgavam os acontecimentos ocorridos na época, mas analisavam os fatos ocorridos, fossem eles de caráter econômico ou político, de acordo com os interesses da classe trabalhadora.<sup>21</sup> Durante esta pesquisa foi possível analisar as seguintes associações e indivíduos que organizaram a imprensa operária em estados do atual Nordeste:

---

<sup>19</sup> LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

<sup>20</sup> Disponibilizados por meio digital pelo orientador deste trabalho, o professor Dr. Tiago Bernardon, a partir de suas pesquisas anteriores.

<sup>21</sup> FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

Tabela 1 – Jornais analisados e as suas associações/entidades organizativas.

<b>ESTADO</b>	<b>JORNAL</b>	<b>ORGANIZAÇÃO</b>
<b>ALAGOAS</b>	<i>O Proletário</i> – 1902. Disponível apenas em 01 n.º;	Orgam de Propaganda das Classes Trabalhadoras de Alagoas.
	<i>O Sindicato</i> – 1912. Disponível apenas em 01 n.º;	Orgam do Sindicato Graphico Alagoano.
	<i>O Sindicato</i> – 1912. Disponível apenas em 01 n.º;	Orgam do Sindicato Graphico Alagoano.
	<i>Trabalho Livre</i> – 1914. Disponível apenas em 01 n.º;	Dirigido por Guilherme Lemos e Joaquim Moreno.
	<i>1.º de Maio</i> – 1914. Disponível apenas em 01 n.º;	-
	<i>O Rebate</i> – 1915. Disponível apenas em 1 n.º	-
	<i>Tribuna do Povo</i> – 1916-1917. Disponível em 18 números.	Organizado por Antonio Canellas.
	<i>A Semana Social</i> – 1917. Disponível em 26 números.	Organizado por Antonio Canellas.
	<i>O Caudeceu</i> – 1918. Disponível em 03 números	Orgam dos Empregados no Commercio de Alagôas.
	<i>O Povo</i> – 1918. Disponível em 02 números.	Redator Santacruz Lima
<b>BAHIA</b>	<i>Germinal</i> – 1920. Disponível em 03 números.	Organizado por Agripino Narazareth.

	<i>A Voz do Trabalhador</i> – 1921. Disponível em 04 números.	Órgão do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e demais classes e dos trabalhadores em geral.
<b>CEARÁ</b>	<i>Primeiro de Maio</i> – 1918. Disponível apenas em 01 n°;	Centro Artístico Cearense.
	<i>Voz do Graphico</i> – 1921. Disponível em 04 números.	Orgão da Associação Graphica do Ceará.
	<i>O Operário</i> – 1927. Disponível apenas em 01 n°;	Dirigido por Francisco Teodoro Rodrigues.
<b>MARANHÃO</b>	<i>Folha do Povo</i> – 1930. Disponível apenas em 01 n°;	Dirigido por Tarquinio Filho.
<b>PERNAMBUCO</b>	<i>O Luctador</i> – 1914. Disponível apenas em 01 n°;	Órgão da Confederação Operária de Pernambuco.
	<i>A Voz Operária</i> – 1916. Disponível em 03 números	<i>Orgam Syndicalista.</i>
	<i>A Ação</i> – 1918. Disponível apenas em 01 n°;	Orgam da Sociedade União dos Estivadores.
	<i>Tribuna do Povo</i> – 1918. Disponível em 56 números;	Orgam da Sociedade União dos Estivadores e da U. de Resistencia dos Trabalhadores em Armazem e Carregadores de Pernambuco.
	<i>A Vanguarda</i> – 1919. Disponível apenas em 01 n°;	Orgam da União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco
	<i>A Vanguarda</i> – 1920. Disponível apenas em 01 n°.	Orgam da União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco
	<i>A Sentinela</i> – 1922. Disponível apenas em 01 n	Órgão da União Ferro-Viário do Nordeste.
	<i>O Mez Operário</i> – 1925. Disponível apenas em 01	-

	n°;	
	<i>A Censura</i> – 1926. Disponível apenas em 01 n°;	Redatores: Aureo Lins, Antonio de Barros Lins e José Antonio da Silva.
	<i>O Maracajá</i> – 1926. Disponível em 03 números;	Diretores: Sousa Barros e Raul Karacik.
	<i>O Progresso</i> – 1926. Disponível apenas em 01 n°;	Organizado por: Alexandre Phillipini, Aldalberto Figueiredo e Apollonio Gonçalves.
	<i>U.G.T.P</i> – 1927. Disponível apenas em 01 n°;	-
<b>PIAUI</b>	Órgão da Federação Operária de Alagoas.	Orgam oficial da Sociedade União Progressista dos Artistas Mechanicos e Liberaes da Parnahyba.
<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>	<i>O Trabalho</i> – 1926. Disponível em 04 números.	Organizadores: Raymundo Reginaldo da Rocha, Manoel Assis, Mario Cavalcanti e Lauro da Escossia.
	<i>Renovação</i> – 1927. Disponível apenas em 01 n°;	Dirigido por: Josias Leão.
<b>SERGIPE</b>	<i>A Alvorada</i> – 1915. Disponível em 03 números;	Organizado por Porto e Andrade.
	<i>Voz do operário</i> – 1920	Órgão do Centro Operário Sergipano.

Os jornais relacionados à imprensa tradicional, organizados pelos próprios estados ou por grupos políticos, foram consultados de forma *online* através do *site* da

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional<sup>22</sup> através de reconhecimento de palavras-chaves como “greves”, “carestia de vida”, “paredes”, “sindicatos”, “trabalho”, “trabalhador”, “anarquismo” e outras. Como há diferenças significativas de grafias naquele período e hoje, também foram utilizadas variações dessas palavras, valendo-se também de apenas parte delas, tais como “anarch”/”31omerc”, “trab”, “syndic”, etc. Salienta-se que esta consulta não pretendeu ser exaustiva, mas tratou-se de um exercício de “prospecção” sobre a viabilidade de aprofundar pesquisas sobre determinados temas nestas fontes. Para tanto, a disponibilização destes periódicos de forma *online* foi imprescindível para que a realização dessa pesquisa pudesse abarcar outros estados do Nordeste em concomitância. Dessa forma, analisamos os seguintes jornais:

1. *Jornal do Ceará: Político, Commercial e Noticioso*. Dirigido por Waldemiro Cavalcanti e circulado na cidade de Fortaleza. (1904-1911);
2. *A Lucta*. Dirigido por Deolindo Barreto de Lima, circulado na cidade de Sobral. (1914-1924);
3. *Diário do Natal: Orgam do Partido Republicano* (1906-1909);
4. *Diário de Pernambuco* (1909);

Também analisamos periódicos da imprensa tradicional de outros estados nordestinos, que não apresentaram nenhuma menção a registros de greves durante o período analisado, como é o caso da Paraíba através dos jornais *O Guia* (1900) e o *Jornal – Diário, político e noticioso* (1923-1924), de Pernambuco em *O Tacape* (1900-1901) e Rio Grande do Norte por meio de *Oasis* (1900- 1901).

Por tratar-se de jornais da imprensa tradicional, que em sua maioria estão ligados a partidos e oligarquias políticas de cada região, as suas informações e notícias trazem consigo forte influência propagandística de suas correntes e posições políticas partidárias. As análises dos discursos desses grupos se constituem de forma essencial para perceber os conflitos de interesses e posições para com os modos de articulação da classe trabalhadora urbana das elites nordestinas, pois para cada notícia divulgada “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra de uma determinada forma, aquilo que se elegeu digno de chegar até o público”.<sup>23</sup>

Paralelamente, foram feitas consultas também aos relatórios dos Presidentes dos Estados através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional relativos ao período entre

<sup>22</sup> Disponível por meio do seguinte endereço: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

<sup>23</sup> LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 139.

1900 e 1930, abrangendo os estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, por meio da leitura completa das suas páginas. Apesar de na maioria dos casos não mencionarem nenhum registro relativos à organização de trabalhadores, foi possível perceber que os Presidentes constantemente informavam sobre a ordem pública em pleno funcionamento nos seus estados, ainda que notícias de jornais durante o mesmo período demonstrem o contrário. Esta ausência sobre a chamada “questão social” nestes documentos demonstra a falta de importância conferida pelos governantes às questões relativas à classe trabalhadora do período em seus estados. E, além disso, por tratar-se de um documento oficial de “prestações de contas”, pode ter sido estrategicamente silenciador sobre os conflitos sociais constantemente presentes na sociedade capitalista sob seus governos.

Por meio da coleta de dados realizada nos periódicos operários, na imprensa tradicional, nos Relatórios de Presidente dos Estados e nas referências bibliográficas consultadas, de forma geral, foi possível identificar as condições de desenvolvimento, as dimensões, alcance e organização dos trabalhadores urbanos através das greves empreendidas durante a Primeira República nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, nos quais seus trabalhadores estavam organizados em sindicatos, associações e mantendo em alguns casos relações diretas com setores do empresariado e do próprio Estado.

Ressalta-se que o número fragmentado de edições dos periódicos operários disponíveis na respectiva documentação organizada por Astrogildo Pereira, dificultou em certos aspectos o desenvolvimento da pesquisa, pois em muitos casos não foi possível realizar um acompanhamento mais sistemático dos movimentos grevistas em alguns estados, que ou não temos registros de jornais operários ou não indicaram em suas páginas nenhuma atividade semelhante. Apenas para ilustrar essa dificuldade, não se identificou nenhuma menção ou registro sobre greves após realizar a leitura minuciosa dos seguintes jornais operários: *O Sindicato, Trabalho Livre, 1º de Maio, O Rebate, Tribuna do Povo, O Caudeceu, O Povo* (Alagoas); *Primeiro de Maio, Voz do Graphico, O Operário* (Ceará); *A Voz Operária, A Ação, A Vanguarda, Aves Libertas, A Sentinela, O Mez Operário, A Censura, O Maracajá, O Progresso, U.G.T.P.* (Pernambuco); *A Liberdade, O Trabalho, Renovação* (Rio Grande do Norte); *O Artista* (Piauí); *Folha do Povo* (Maranhão); *A Alvorada, Voz do Operário* (Sergipe). Este fato possivelmente está relacionado às intensas perseguições sofridas por militantes e

associações que organizaram e conservaram esses impressos, que por estarem em constante clima de repressão precisavam migrar para outras áreas do país e até mesmo fora do Brasil.

No entanto, através de outras fontes consultadas e elencadas acima, foi possível tecer as seguintes considerações abaixo apresentadas sobre a recorrência de greves em alguns estados que compõem a atual região Nordeste.

## **2.2 Greves de Trabalhadores em Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte:**

- Alagoas

A partir da coleta de dados realizada na imprensa operária, foi possível identificar, para o caso de Alagoas no período de 1900 a 1930, algumas associações e greves organizadas pelos trabalhadores. O jornal operário *O Escravo – órgão da Federação Operária de Alagoas*<sup>24</sup>, de 28 de outubro de 1920, registra em seu primeiro número a importância da greve para a emancipação da classe trabalhadora alagoana e denuncia a repressão aos trabalhadores em greve de Pernambuco da *Empresa de Industrias Reunidas* do Sr. Bernardino Costa, que impedidos de paralisarem as suas funções por 24 horas para participarem do enterro de um companheiro de trabalho, deflagraram-se em greve e foram duramente violentados e reprimidos pela polícia que ainda invadiu a sede do *Sindicato dos Metallurgicos* espancando os trabalhadores que estavam presentes. Menciona-se também que a derrota da greve veio por vários fatores e um deles foi a violência utilizada pela polícia, pois não fossem os espancamentos, prisões e perseguições provocadas pela mesma, o movimento se prolongaria, já que outras classes também estavam paralisando suas atividades por 24 horas em solidariedade aos grevistas.

Além disso, o mesmo jornal dedica um tópico intitulado de “Vida Operária” para divulgar as articulações de trabalhadores a nível internacional e as associações organizadas no próprio estado alagoano. Entre elas citam-se a União dos Pedreiros, Associação dos Alfaiates e a União dos Operários Lancheiros. Sobre esta última, o jornal denuncia em destaque a ação do empresariado do setor, que, após a finalização do movimento grevista sem o atendimento de suas reivindicações, passou a perseguir os

---

<sup>24</sup> **O Escravo**. Maceió, ano I, n. 1, 28 de outubro de 1920, p. 4.

trabalhadores mais envolvidos na associação, obrigando-os a assinar uma declaração em que firmavam o compromisso de se ausentarem de participar das atividades de sua entidade.<sup>25</sup>

Outro jornal que divulga o trabalho de várias associações atuantes desde 1869 em Alagoas é *O Proletário – Orgam de propaganda das Classes Trabalhadoras do Estado de Alagoas*, de 1902. Este periódico destaca notícias e informações das seguintes entidades: Associação Typographica Alagoana, Montepio Operária, Gremio Proletario, Auxiliadora dos Alfaiates, Associação dos Empregados das estradas de ferro e Centro Artístico Floriano Peixoto.<sup>26</sup>

Durante este período, é importante destacar a atuação do militante anarquista Antônio Bernardo Canellas na organização e formação da imprensa operária no estado de Alagoas e também Pernambuco, como poderemos verificar adiante. Em Alagoas, este militante, que passaria a ser um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil (PCB), organizou em 1916, na cidade de Viçosa, o jornal de circulação semanal *Tribuna do Povo*, que publicou 18 edições durante sua existência até janeiro de 1917. O jornal divulgou notícias sobre a organização do movimento operário, preço dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, artigos sobre manifestações culturais, situação da política no estado e outros. No que diz respeito a manifestações por vias diretas, como as greves, observa-se apenas uma menção a um movimento grevista ocorrido em 1915, ao noticiar um incêndio ocorrido na fábrica de tecidos Progresso Alagoano, na qual aconteceu a articulação um ano antes. Canellas denunciou as péssimas condições de trabalho já exposta pelos trabalhadores ao se organizarem no movimento paredista que resultou no então incêndio que destruiu toda a fábrica.<sup>27</sup>

Após o fim das publicações da *Tribuna do Povo*, Antonio Canellas migrou para Maceió, onde passará a editar *A Semana Social*, que durante as edições do ano de 1917, registra movimentos grevistas ocorridos em outros estados do país, como Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, bem como a carestia de vida que atingia diretamente os trabalhadores e poderia resultar em greves, tomando como exemplo os estados que estavam deflagrando o movimento.

Em Pernambuco, o jornal também com o nome de *Tribuna do Povo – Orgam da Federação de resistência das classes trabalhadoras de Pernambuco*, e também

<sup>25</sup> **O Escravo**. Maceió, ano I, n. 1, 28 de outubro de 1920, p. 3.

<sup>26</sup> **O Proletário**. Maceió, ano I, n. 1, 17 de janeiro 1902, p. 2.

<sup>27</sup> **Tribuna do Povo**. Viçosa, ano I, n. 6, 19 de outubro de 1916, p. 3.

organizado por Antonio Bernardo Canellas, assinala várias notícias sobre o estado de Alagoas nos anos de 1918 e 1919, como a greve dos Trapicheiros, dos Operários da Fundação Alagoana<sup>28</sup> e Padeiros<sup>29</sup> por aumento de salário em 1918. E em 1919 registram-se a greve dos carpinteiros navais e trabalhadores em serraria por aumento de salário e o estabelecimento da jornada de trabalho 8 horas diárias.<sup>30</sup>

Como já mencionado, durante este período é possível observar nos jornais operários analisados a importância do militante Antonio B. Canellas para a formação da imprensa e divulgação da causa operária em Alagoas, sobretudo a partir de 1916, que além da comunicação estabelecida com outros estados do país, também noticiava as organizações de trabalhadores e o panorama político da região.

- Bahia

Já no estado da Bahia analisamos o jornal operário *Germinal* do ano de 1920, organizado por Agripino Nazareth, militante socialista brasileiro, em que é possível identificar várias manifestações da classe trabalhadora baiana. Em seu primeiro número, este jornal destaca a vitória dos trabalhadores da construção civil ocorrida há um ano (em 1919) organizados através do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e demais classes, que conseguiram alcançar as suas reivindicações, através da notícia intitulada “Uma Ephermeride Gloriosa”<sup>31</sup>, bem como a vitória dos tecelões durante o mesmo período, que passaram a ter aumento salarial, diminuição de horas de trabalho e igualdade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.<sup>32</sup>

---

<sup>28</sup> **Tribuna do Povo**. Recife, ano I, n. 17, 10 agosto 1918, p. 4.

<sup>29</sup> **Tribuna do Povo**. Recife, ano I, n. 23, 01 novembro 1918, p. 4.

<sup>30</sup> **Tribuna do Povo**. Recife, ano II, n. 49, 19 julho 1919, p. 2.

<sup>31</sup> **GERMINAL**. Bahia, ano I, n. 1, 19 março 1920 p. 1.

<sup>32</sup> **GERMINAL**. Bahia, ano I, n. 1, 19 março 1920 p. 3.

Semanário de propa- ganda socialista e defeza do Proletariado  ANO I — N. 1	<b>GERMINAL</b>	Actualidades Artes e Letras Circula nos Sabbados
ASSIGNATURAS: Anno 10\$000   Semestre 6\$000 Trimestre 4\$000 Numero avulso 200 réis	Direcção, de <b>AGRIPIÑO NAZARETH</b> Bahia (Brazil) 19 de março de 1920	REDACÇÃO Cruzeiro de S. Francisco, 2-4º andar

### UMA EPHEMERIDE GLORIOSA



A data de hoje assigula um anno de pugna incessante do Syndicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes, que preferio apelar a essa entidade, mais a todos os operarios da Bahia, que a devem festejar com igual enthusiasmo. Do Syndicato sahiram a fax que de Junho por diante vem agitando os trabalhadores a rota e percorrer para a sua libertação e emancipação. Este o fim das classes de pedreiros, carpinteiros e demais classes, no mesmo tempo que commoçao sua para o movimento anárquico, e a sua victoria. Indem a data com a solução dada á GREVE parcial da construção civil.

Na gravura acima figuram: de pé: Guilherme Práxis e No. 14, iniciador, e presidente na directoria provincial, Abilio José dos Santos, delegado geral e chefe de um dos Syndicatos de Escribas, Machado; Frontal dos Santos, Cas.

Figura 1: Primeira página da primeira edição do jornal Germinál – 1920.<sup>33</sup>

A participação de Agripino Nazareth foi essencial para a deflagração desses movimentos, sendo o principal orador da conferência sindical ocorrida no Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e demais classes em 1919, encorajando os trabalhadores a

<sup>33</sup> Primeira edição do jornal Germinál trás em sua primeira página trabalhadores baianos da construção civil, que saíram vitoriosos do movimento grevista ocorrido em 1919. Ver mais em: **GERMINAL**. Bahia, ano I, n. 1, 19 março.

realizarem os movimentos.<sup>34</sup> A colaboração dos militantes comunistas, como Agripino Nazareth e Antonio Canellas, na organização não só da imprensa operária, mas em formas de organizações mais diretas como os sindicatos, foram cruciais para o impulsionamento das diversas manifestações ocorridas durante a Primeira República.

Além disso, o jornal destaca a participação dos trabalhadores no III Congresso Operário Brasileiro por meio da Federação dos Trabalhadores Baianos, que teve como delegados Annibal Lopes Pinho e Gaudêncio José dos Santos para representar as seguintes associações: União dos Metalúrgicos da Bahia; Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes; União Defensora dos Sapateiros; Sindicato dos Produtores de Marcenaria; União dos Operários de Padaria; Liga Operaria dos Alfaiates da Bahia; União dos Marmoristas; União Gráfica Baiana; União dos Foguistas Terrestres da Bahia; Sociedade Defensora dos Eletricistas; União Defensora dos Operários de Ferrovia; União dos Empregados de Bonde; Força e Luz da Bahia; Resistencia Protetora dos Operários de S. Felix e Cachoeira e União da Defesa Operária de Muritiba.<sup>35</sup> Sobre greves em 1920, o *Germinal* cita o movimento dos trabalhadores da limpeza por salários atrasados e pontualidade nos pagamentos<sup>36</sup> e dos metalúrgicos, que inicialmente entraram em greve em solidariedade aos trabalhadores do Rio de Janeiro e posteriormente passaram a reivindicar reajustes salariais para toda a classe, bem como a jornada de 8 horas diárias.<sup>37</sup>

---

<sup>34</sup> OLIVEIRA, Norma Rangel Rolim de. **Apresentação geral do acervo de Astrogildo Pereira**: Jornais operários da Primeira República produzidos em estados do atual Nordeste. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2017.

<sup>35</sup> **GERMINAL**. Bahia, ano I, n. 3, 01 maio. 1920 p. 4.

<sup>36</sup> **GERMINAL**. Bahia, ano I, n. 1, 19 março 1920 p. 8.

<sup>37</sup> **GERMINAL**. Bahia, ano I, n. 2, 03 abril 1920 p. 2.

GERMINAL

## O 3.º Congresso Operario Brasileiro

### REPRESENTAÇÃO DO OPERARIADO BAHIANO E DE "GERMINAL"

#### ALGUMAS RESOLUÇÕES

A' hora em que estiver circulando esta folha, os proprietarios que partiram dos Estados para representar as suas collectividades no 3.º Congresso Operario Brasileiro, já estarão de retorno ao labor alguns dias abandonado para encaminhamento das reivindicações do trabalho em face do capitalismo espoliador.

E' a volta ao soffrimento, ao esbulho, á humilhação e não raro aos supplicios inquisitoriaes que a burguezia capitalista, aliçada á burguezia politica, vem infligindo a quantos se levantam para que seja restituído ao rebanho universal dos produtores aquillo que uma minoria velhacaz extorquin. Mas, na atmosfera viciada das fabricas, nos antros mascarados com os rotulos de officinas, no balouço perfido dos andaimes, nos campos fecundados pelo suor dos escravos da lavoura, nas casas de machinas dos navios, em toda a parte, enfim, onde o operario trabalha e soffre, um lampejo de esperança iluminará a alma proletaria do Brazil, ao recordar os planos de acção traçados no Congresso hoje encerrado. Porque nessa reunião de trabalhadores, a rota ficou firmemente traçada para os dias que hão de vir, e, da execução das medidas approvadas numa ancia fraterna e commovente de libertação, muito despotismo ruirá e muita infamia será delida.

A Bahia proletaria já se agita afim de receber carinhosamente os seus representantes no Congresso Operario, e, nenhum entusiasmo será excessivo para



presentar na grande reunião proletaria do Rio: Sociedade União dos Metallurgicos da Bahia, Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes, Sociedade União Defensora dos Sapateiros, Sindicato dos Productores de Marcenaria, Sociedade União dos Operarios de de Padaria, Liga Operaria dos Alfaiates da Bahia, Sociedade União dos Marmoristas, União Graphica Bahiana, Sociedade União dos Foguistas Terrestres da Bahia, Sociedade Defensora dos Electricistas, Sociedade União Defensora dos Operarios de Ferrovia, União dos Empregados de Bonde, Força e Luz da Bahia, Sociedade Resistencia Protectora dos Operarios de S. Felix e Cachoeira e União da Defesa Operaria de Curitiba.

Pelo seu distincto collaborador, o conhecido jornalista carioca Adolpho Porto, "Germinal" acompanhou os trabalhos do Congresso.

Brevemente a penna brilhante daquelle nosso illustre collega irradiará nestas columnas as impressões da reunião do proletariado.

Além de outras importantes resoluções que mais de espaço estamparemos, o 3.º Congresso Operario Brasileiro approvou as seguintes, que muito de perto entendem com a organização proletaria:

Considerando que a acção operaria constante, malvez e prompta, sujeita ás diversas condições de tempo e lugar, seria grandemente enbarnada por uma concentração; que a solidariedade deve ser consciente e o encargo de cada unidade só tem valor

*Annibal Lopes Pinho e Gaudencio José dos Santos, delegados do operariado da Bahia ao 3.º Congresso Operario Brasileiro*

festear a chegada de Annibal Lopes Pinho e Gaudencio José dos Santos, os dois lealissimos companheiros que foram ao Rio dizer bem alto aos camaradas de todos os Estados, que nesta terra tambem já despertaram os opprimidos para a luta contra os oppressores.

Foram estas as sociedades que a Federação dos Trabalhadores Bahianos, pelos delegados Annibal Lopes Pinho e Gaudencio José dos Santos, fez re-

Figura 2 – III Congresso Operário Brasileiro: *Representação do operariado 38omerc e de "Germinal"*.<sup>38</sup>

#### • Ceará

No Ceará, analisamos o periódico da imprensa tradicional *Jornal do Ceará – politico, 38omercial e noticioso*, dirigido por Waldemiro Cavalcanti<sup>39</sup> durante o período de 1904 a 1911, em que foi possível observar as temáticas mais pertinentes que se

<sup>38</sup> Imagem de trabalhadores baianos enviados para o III Congresso Operário Brasileiro, retirado do jornal *GERMINAL*. Bahia, ano I, n. 2, 03 abril 1920 p. 2.

<sup>39</sup> Adversário ferrenho da família oligarca que controlava a política no Ceará no período, os Acioli.

repetem ao longo das edições, como é o caso da seca e as suas consequências; festividades sobre o Primeiro de Maio; convite para reuniões de associações atuantes no período; reclamações sobre as condições de trabalho, circulação de bibliografia sobre o movimento operário, artigos sobre o socialismo e Rússia. As associações citadas ao longo das edições analisadas são: Centro Artístico Operário Cearense; Phenix Caixerai; Centro Artístico Cearense; Sociedade Auxiliadora Cearense; Sociedade Protectora Cearense; Sociedade Artista Beneficente e Previdência Caixerai, que sempre estavam desenvolvendo ações em prol da classe trabalhadora de forma beneficente, ao organizar comemorações no Primeiro de Maio, ao financiar aposentadorias e outras necessidades básicas como planos funerários. No que diz respeito às notícias relacionadas a greves, identificamos apenas um registro do ano de 1904 sobre a greve dos catraieiros, que deflagraram-se em o movimento em virtude do alistamento obrigatório de homens para a Marinha para servir a bordo em navios de guerra.<sup>40</sup>

O jornal *A Lucta*, organizado por Deolindo Barreto Lima<sup>41</sup>, também da imprensa tradicional do Ceará, circulou na cidade de Sobral, tendo seus números analisados para o período de 1914 a 1924. Nesse periódico observamos um número significativo de notícias relacionadas às condições de vida e trabalho dos trabalhadores, como os artigos vinculados à seca e à carestia de vida, que se constituíam como problemas sociais graves no Ceará daquele período, além das notícias em tom de reclamação, em que se destacam as péssimas condições dos operários das estradas de ferro, fatos internacionais e realizações de associações beneficentes operárias existentes na época, como o Centro Artístico Operário Sobralense, Club Artístico Sobralense, Sociedade Cooperativa, Agremiação Desportiva Operária e o Círculo de Operários e Trabalhadores São José. Sobre greves, o jornal realiza apenas uma menção em 1923 em relação ao movimento organizado pelos trabalhadores de cargas e descargas de navios.<sup>42</sup>

- Pernambuco

Já em Pernambuco, que durante o período da Primeira República ainda se constituía no cenário político nacional como uma das principais unidades federativas do

---

<sup>40</sup> **Jornal do Ceará**. Fortaleza, ano I, n. 63, 10 julho 1904, p. 1.

<sup>41</sup> Tendo como perspectiva política a liberal democracia, por denunciar as oligarquias da região, foi assassinado em 1924 por adversários políticos.

<sup>42</sup> **A Lucta**. Sobral, ano IX, n. 586, 13 janeiro 1923, p.1.

Brasil, era o estado do atual Nordeste com maiores expressões de lutas sociais<sup>43</sup>. Isso porque além de ser um dos mais industrializados da região, os trabalhadores também estavam organizados em associações, sindicatos, clubes e outros e eram influenciados diretamente pelas ideias socialistas e anarcossindicalistas que circulavam na época.

No jornal operário *O Luctador – Orgão da Federação Operária de Pernambuco* do ano de 1914 em seu número 4, o tópico “Expediente das Associações” divulga uma lista de entidades de auxílio-mútuo de várias categorias de trabalhadores, com seus endereços, horários de funcionamento, presidentes, secretários e tesoureiros, sendo elas a Associação dos Foguistas, União Particular dos Companheiros, Associação dos Marceneiros e Carpinas, Liga Protetora dos Alfaiates, Sociedade Beneficente dos Barbeiros, União dos Patrões e Arraes, Sociedade Abrigo dos Artistas Graphicos, Sociedade 5 de Trabalhadores, Colligação Caixerai, Associação dos Artistas Culinários, Associação dos Machinistas, Associação dos Operários Metalúrgicos, Associação dos Sapateiros, Liga Protetora dos Pintores, Sociedade dos Artistas e Operários de Olinda, Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes e a Liga Protetora dos Pintores.<sup>44</sup>

Entre 1917 e 1921, período considerado pelos pesquisadores da história social do trabalho como um marco para a intensificação das lutas sociais no Brasil, influenciados pela Revolução Russa e pelas condições em que o país se encontrava a partir, sobretudo, da carestia de vida que se acentuava em consequência da Primeira Guerra Mundial, podemos identificar um número significativo de greves em Pernambuco. É o caso do registro feito pelo já citado periódico alagoano *A Semana Social* sobre uma greve dos trabalhadores do Porto em Recife por aumento de 10% no salário<sup>45</sup> em 1917. Por sua vez, o *Tribuna do Povo – Orgam da Federação de resistência das classes trabalhadoras de Pernambuco*, organizado pelo militante Antonio Canellas, registrou várias notícias sobre greves em Pernambuco e outros estados como Paraíba e Rio Grande do Norte.

Em 1918, os calafates – operários especializados da construção naval<sup>46</sup> – e os trabalhadores em armazéns e carregadores do porto de Recife entraram em greve por aumento salarial. Estes últimos pediam acréscimos de 50%, organizados através da

<sup>43</sup> RUBIM, Antonio Albino Canelas. Movimentos sociais e meios de comunicação: Paraíba, 1917-1921. **Textos UFPb-NDIHR**, nº 3, p. 2-70, 1983.

<sup>44</sup> **O luctador**. Recife, ano I, n. 4, 19 dezembro 1914, p.4.

<sup>45</sup> **A Semana social**. Maceió, ano I, n. 7, 30 maio 1917. p.4.

<sup>46</sup> **Tribuna do Povo**. Recife, ano I, n. 03, 20 março 1918, p. 4.

União de Resistência de Trabalhadores em Armazéns e Carregadores.<sup>47</sup> Em agosto do mesmo ano, o jornal *Tribuna do Povo* registra também a greve dos trabalhadores da cidade de Nathan, mencionando o sucesso do movimento organizado e apoiado pelo sindicalismo pernambucano, despertando o sentimento de solidariedade entre os operários a ponto de os trabalhadores da Great Western em Jaboatão e da fábrica de papel da mesma localidade, bem como os estivadores, carvoeiros e os trabalhadores de armazéns de açúcar, cederem meio dia de trabalho em apoio aos seus companheiros de classe.<sup>48</sup>

Em junho de 1919 entraram em greve os trabalhadores das Usinas de S. Ignácio, Bom Jesus, Mameluco, Limoerinho e Engenho Novo, e os eletricitas e guindasteiros por aumento salarial e estabelecimento de 8 horas de trabalho diárias, sendo que estes últimos conseguiram que suas reivindicações fossem atendidas.<sup>49</sup> Já em agosto do mesmo ano, o *Tribuna do Povo* registra as greves dos trabalhadores dos bondes da *Tramways*<sup>50</sup>, dos cigarreiros das fábricas *Caxias e Lafayette*<sup>51</sup>, trabalhadores da Cervejaria Pernambucana e gráficos, todas elas tendo por pauta aumento salarial e redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias.<sup>52</sup> O jornal *A Vanguarda – semanário de defesa operária*, no tópico “Vida operária: as greves solucionadas”, registra a vitória dos cigarreiros e trabalhadores da cervejaria que voltaram ao trabalho após acordo que lhes favoreceu.<sup>53</sup> Em 1926 o jornal operário *U.G.T.P.*, divulga a greve dos trabalhadores do serviço de cargas e descargas, também por melhores salários e condições de trabalho.<sup>54</sup>

- Paraíba

A Paraíba também acompanhou a onda de greves intensificadas durante 1917 e 1921. Seus registros encontram-se tanto em notícias do jornal operário *Tribuna do Povo* de Pernambuco, como na imprensa de grande circulação paraibana, por meio

---

<sup>47</sup> **Tribuna do Povo**. Recife, ano I, n. 20, 20 setembro 1918, p. 3.

<sup>48</sup> **Tribuna do Povo**. Recife, ano I, n. 20, 20 setembro 1918, p. 4.

<sup>49</sup> **Tribuna do Povo**. Recife, ano II, n. 44, 14 junho 1919, p. 4.

<sup>50</sup> **Tribuna do Povo**. Recife, ano II, n. 52, 02 agosto 1919, p. 3.

<sup>51</sup> **Tribuna do Povo**. Recife, ano II, n. 54, 20 agosto 1919, p. 2.

<sup>52</sup> **Tribuna do Povo**. Recife, ano II, n. 56, 23 agosto 1919, p. 2.

<sup>53</sup> **A Vanguarda**. Pernambuco, ano I, n. 01, 11 agosto 1919, p. 4.

<sup>54</sup> **U.G.T.P.** Recife, n. 02, janeiro 1927,

principalmente da pesquisa realizada por Antônio Rubim em 1983 nos periódicos *A União*, *Diário do Estado* e *O Norte*.<sup>55</sup>

Em junho de 1917 o jornal *O Norte* divulgou uma carta sobre o movimento grevista dos operários cigarreiros, que teve início na Tabacaria Peixoto por melhores condições nas instalações, insuficiência dos salários e pelo fim do trabalho de menores. Logo a seguir esta greve se prolongaria para outras fábricas a partir da organização promovida pelo Sindicato Geral dos Trabalhadores – SGT. Outros jornais, como *A União* e o *Diário do Estado*, também divulgaram o desenrolar do movimento, que foi considerado pelo então governador da época, Camilo de Holanda, como a primeira greve do estado da Paraíba.<sup>56</sup> Destaca-se que o mesmo adotou uma postura conciliatória, de intermediação, durante todo o processo de acordo entre os trabalhadores/ SGT e os proprietários das fábricas.

Posteriormente, no mês de julho de 1917, os periódicos *Diário do Natal* e *O Norte* divulgam a movimento dos jornaleiros da companhia ferroviária Great Western encarregados da carga e descarga, que entraram em greve por aumento de salário por tonelada, enquanto os operários da Casa Kroncke, que, segundo RUBIM (1983), totalizavam mais de 100 operários, também iniciaram uma greve por redução da jornada de trabalho e 30% de aumento salarial para os trabalhadores noturnos. No dia 30 de julho foram decretadas mais duas greves, a primeira das trabalhadoras da fábrica Tibiry, localizada na cidade de Santa Rita, em que exigiam a readmissão das operárias Maria Moraes e Germina Freire, militantes da SGT, e a segunda na Casa Tona & Cia, que também solicitavam a readmissão de um companheiro de trabalho militante do SGT.

Além disso, sem oferecer maiores detalhes, Antônio Rubim (1983) afirma que ainda em 1917 ocorrerem as greves dos jornaleiros, carroceiros, alfaiates, trabalhadores de armazéns de couros, estivadores da cidade de Cabedelo e trabalhadores da fábrica de óleo. Em nossa pesquisa, porém, não conseguimos a confirmação destes dados nas fontes primárias consultadas até aqui.

---

<sup>55</sup>RUBIM, Antonio Albino Canelas. Movimentos sociais e meios de comunicação: Paraíba, 1917-1921. **Textos UFPb-NDIHR**, nº 3, p. 2-70, 1983.

<sup>56</sup> Porém, o jornal *Diário do Natal*, assim como RUBIM (1983), FOOT e LEONARDI (1982) mencionam que no ano de 1909 ocorreu a greve dos ferroviários da Great nos Estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, que será detalhada mais adiante.

Em abril de 1918, o pernambucano *Tribuna do Povo* menciona a ocorrência de greve das trabalhadoras da fábrica de tecidos Tibiry, em Santa Rita, por aumento de salário<sup>57</sup>, e em agosto do mesmo ano a greve dos trabalhadores da construção do edifício da Escola Normal pela revogação do aumento de meia hora adicionada à jornada de trabalho<sup>58</sup>. As duas greves são organizadas pelo Sindicato Geral dos Trabalhadores. Para o ano seguinte, 1919, RUBIM (1983) cita a greve dos trabalhadores da empresa Luz, Tração e Força, e em 1920 registra nova greve dos ferroviários da Great Western.

## Na Parabyba

### A greve de Tibiry

As operarias da fabrica de Tibiry, em Santa Rita, no visinho Estado da Parabyba, fizeram circular um boletim, no qual são expostos os motivos da greve e relatadas as torpezas praticadas pelos sanhudos bandoleiros do Capital e as violencias sofridas por aquellas nobres pioneiras do Trabalho.

Os motivos da greve foram os mais justos e humanos possiveis: augmento de salario.

Porém os proprietarios da fabrica acharam que o pedido de augmento de salario era um *atreuimento inqualificavel* e não só deixaram de attender a esse pedido como também tiveram o arroj de despedir brutalmente as operarias que o formularam.

Como se vê, ás operarias não restava outra attitude digna além da que tomaram declarando a greve.

Agora, o que é indispensavel é que as operarias de Tibiry não fraquejem, sustentando vigorosamente as suas reclamações e mantendo com ardôr a sua digna attitude de rebeldia ante as inadmissiveis pretensões do burguez cùpido e violento.

Figura 3: Greve das trabalhadoras da fábrica de tecidos Tibiry em Santa Rita. *Tribuna do Povo* – (1918).<sup>59</sup>

- Rio Grande do Norte

No que se refere ao estado do Rio Grande do Norte analisamos os jornais operários *A Liberdade*, *O Trabalho* e *Renovação*, que por se apresentarem em números de edições fragmentadas e sem continuidade, dificultaram a realização de um

<sup>57</sup> *Tribuna do Povo*. Recife, ano I, n. 4, 01 abril 1918, p. 4.

<sup>58</sup> *Tribuna do Povo*. Recife, ano I, n. 16, 10 agosto 1918, p. 3.

<sup>59</sup> Notícia da greve das costureiras da fábrica Tibiry ocorrida em 1918 retirada do jornal *Tribuna do Povo*. Recife, ano I, n. 4, 01 abril 1918, p. 4.

acompanhamento mais sistemático da imprensa operária no Estado, não fazendo nenhuma menção a movimentos grevistas durante as edições analisadas. A partir da coleta de dados no periódico da imprensa de grande circulação *O Diário do Natal – Orgam do Partido Republicano*, de 1906 a 1909, cujo proprietário e redator chefe era o coronel Elias Souto, foi possível identificar menções a realizações de greves no estado em 1909, que serão abordadas em detalhes no último capítulo deste trabalho.

- Tabela-síntese

A sistematização desses movimentos acima citados, sua organização e duração podem ser mais bem visualizadas a partir da seguinte tabela:

Tabela 2: Ocorrências de algumas greves em estados nordestinos durante a Primeira República

<b>ANO</b>	<b>CATEGORIA/REINVINDICAÇÃO/ ORGANIZAÇÃO</b>	<b>LOCAL</b>
1904	Catraieiros;	Ceará;
1909	Operários da Great Western por aumento salarial;	Greve ocorrida nos estados do RN, PB, PE e AL;
1909	Trabalhadores das Companhias de bondes e águas, em solidariedade aos operários da Great Western;	Recife;
1909	Estivadores em solidariedade aos operários da Great Western;	Recife;
1909	Magarafes	Recife;
1909	Trabalhadores da estrada de ferro	Bahia;
1909	Ferroviários da Great Western por aumento salarial;	Parahyba;
1917	Cigarreiros por Aumento salarial e falta de ventilação nas	Parahyba;

	oficinas.	
1917	Jornaleiros – carga e descargas por aumento salarial;	Parahyba;
1917	Operários da Casa Kroncke & Cia por Aumento salarial de 30% para trabalhadores noturnos e redução da jornada de trabalho.	Parahyba;
1917	Operárias da fábrica Tibiry por Readmissão de 03 operárias militantes da surcursal do Sindicato Geral dos Trabalhadores;	Parahyba;
1917	Operários da Tona & Cia por Readmissão de um funcionário ligado ao SGT.	Parahyba;
1917	Jornaleiros por questões salariais;	Parahyba;
1917	Estivadores em razão da carestia de vida;	Parahyba;
1917	Carroceiros	Parahyba;
1917	Costureiras	Parahyba;
1917	Alfaiates	Parahyba;
1917	Trabalhadores do Armazém de Couros;	Parahyba;
1917	Trabalhadores da fábrica de Óleo;	Parahyba;
1918	Calafates por aumento salarial;	Recife;
1918	Trabalhadoras da fábrica de tecidos Tibiry por aumento salarial;	Santa Rita – PB;
1918	Trapicheiros por aumento salarial;	Alagoas;
1918	Trabalhadores da construção	

	do edifício da Escola Normal, pela Revogação do aumento de meia hora na jornada de trabalho, organizados através do SGT.	Parahyba;
1918	Operários da Fundação Alagoana por aumento salarial;	Alagoas;
1918	Trabalhadores em Armazéns e Carregadores por aumento salarial 50%, organizados a partir da União de Resistencia de Trabalhadores em Armazéns e Carregadores	Pernambuco;
1918	Trabalhadores da Cidade de Nathan por Aumento de 50% no salário, diminuição da jornada de trabalho para 10 horas, e demissão do trabalhador Joaquim Claudino – Casquinha, que vem organizando ações contrárias aos trabalhadores e em favor dos patrões. Organizadas através da União Operária dos Morenos;	Nathan – Pernambuco;
1918	Estivadores, cavoeiros, trabalhadores de armazéns de açúcar;	Pernambuco;
1918	Padeiros, organizados através da União dos Padeiros;	Alagoas;
1919	Carpinteiros navais e trabalhadores em serraria por aumento de salário, 08 horas de trabalho diárias e abolição das empreitadas;	Alagoas;
1919	Trabalhadores das usinas de S. Ignácio, Bom Jesus, Mameluco, Limoerinho e Engenho Novo, por 08 horas de trabalho diárias;	Pernambuco;
1919	Eletricistas e Guindasteiros por aumento de salário, 08 horas de	Pernambuco;

	trabalho diárias;	
1919	Trabalhadores navais e calafates por aumento de salário, 08 horas de trabalho diárias;	Alagoas;
1919	Trabalhadores dos bondes em virtude de intensas explorações e violências que se intensificaram com os trabalhadores da ultima greve realizada por esta classe, e a partir de depredações na usina elétrica e na rede de trafego e luz, organizados através da União Cosmopolita, sindicato dos operários da companhia de bondes e trens de Beberibe.	Pernambuco;
1919	Cigarreiros por aumento salarial de 60%;	Pernambuco;
1919	Trabalhadores da Cervejaria Pernambucana, pela Dispensa de um trabalhador que estava se embriagando no local de trabalho e consumindo a bebida fabricada colocando a culpa nos colegas, aumento de 40% no salário, 08 horas de trabalho, aumento de 50% em dias de trabalho feriado e domingos, abolição de multas, liberdade para almoçar fora do recinto, um local apropriado para troca de roupas e anulação de demissões e suspensões quando se deixar de trabalhar na segunda feira	Pernambuco;
1919	Gráficos;	Pernambuco;
1919	Trabalhadores das fábricas Layette e Caxias;	Recife – PE;

1919	Trabalhadores da Cervejaria Pernambucana;	Recife – PE;
1919	Trabalhadores da oficina de metal;	Recife – PE;
1919	Trabalhadores da empresa de Luz, Tração e Força;	Parahyba;
1920	Ferroviários da Great Western por aumento salarial;	Greve ocorrida nos estados do RN, PB, PE e AL;
1920	Trabalhadores da Construção civil, organizados através do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e demais classes;	Bahia;
1920	Trabalhadores da limpeza, por salários atrasados e pontualidade nos pagamentos;	Bahia;
1920	Metalúrgicos em solidariedade aos trabalhadores do Rio, os metalúrgicos, reajustes salariais para todas as categorias da classe e jornada de 08 horas, organizados por meio F. T .B / União dos Metallúrgicos / U .G. M / S. U.	Bahia;
1923	Trabalhadores de carga e descarga de navios, por aumento salarial;	Ceará;

Diante do levantamento de dados exposto, é possível compreender as condições em que se encontravam as classes pobres e trabalhadoras durante a Primeira República nos estados nordestinos, que apesar de não vivenciarem mudanças intensas nos espaços de trabalho, em meio às relações de dominação e exploração organizaram-se em associações, sindicatos e deflagraram greves por melhores condições de vida e trabalho dignas.

Sobre as reivindicações mais recorrentes das greves realizadas, em sua maioria referem-se a aumentos salariais, redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias, melhores condições estruturais de trabalho e eventualmente questões de solidariedade e demissões de companheiros, que, com frequência, apesar das dificuldades, estavam organizados em associações de classe ou sindicatos gerais, como é o caso da Paraíba, por meio do Sindicato Geral dos Trabalhadores, responsável pela organização das greves de 1917 a 1921, a Federação dos Trabalhadores Baianos e a Federação de Resistência dos Trabalhadores de Pernambuco.

Dessa forma, destaca-se que, apesar de muitas das greves mencionadas possuírem durações efêmeras, o acúmulo de experiências destes movimentos possibilitou aos trabalhadores desenvolver formas de organização e solidariedade como resistência às formas de dominação social e exploração da força de trabalho em meio a uma sociedade com rígidos padrões de disciplina e de condições muito duras de trabalho e de vida.

### **CAPÍTULO III: ESTUDO DE CASO: A GREVE DOS FEVORRIÁRIOS DA GREAT WESTERN EM 1909:**

O início do século XX significou para os trabalhadores urbanos de alguns estados nordestinos a intensificação dos conflitos sociais derivados da relação capital x trabalho, a partir da deflagração da greve dos operários da empresa ferroviária inglesa Great Western. O movimento que envolveu os estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte deflagrou-se em janeiro de 1909 e interferiu diretamente na economia da região, ao paralisar uma das mais importantes vias de transportes da época, despertando a preocupação de todos os setores da sociedade.

A empresa inglesa Great Western iniciou seus trabalhos no Nordeste em 1879, a partir da construção da estrada de ferro em Pernambuco, que posteriormente iria resultar em uma rede ferroviária de mais de 1.600 quilômetros, distribuídas também nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas.<sup>60</sup> Fruto dos investimentos do capital inglês no Brasil, a Great Western empregou milhares de nordestinos durante seu período de funcionamento até a primeira metade do século XX, sendo uma das principais empresas a contribuir para o desenvolvimento econômico da região.



Figura 4: Locomotiva 2-6-2T Swiss Locomotive and Machine Works (1922), ex-GWBR, levando cana até a usina de Serra Grande em Alagoas.<sup>61</sup>

<sup>60</sup> GASPAR, Lúcia. Great Western. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2009. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 02 de agosto de 2018.

<sup>61</sup> Imagem retirada em: CAVALCANTI, Flávio R. A Greteoste: a história da rede ferroviária Great Western of Brazil. Recife, 2016. Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/bibliografia/Greteoste-historia-ferrovia-Great-Western-Brazil-livro-Edmundson.shtml> . Acesso em: 02 de agosto de 2018.

Os trabalhadores urbanos desse período, incluindo os operários da Great Western, estavam inseridos em um momento de transição do trabalho escravo para o livre, além de não possuírem uma legislação específica que os resguardassem, ainda viviam sob péssimas condições de trabalho e conseqüentemente de vida. Essas condições precárias já se faziam sentir em 1901, quando, segundo Luiz Sávio de Almeida<sup>62</sup>, os operários tiveram seus salários reduzidos – muitos outros foram demitidos – em favor do crescimento econômico da empresa, em troca da promessa de que no futuro, quando os lucros surgissem, seria revista a questão salarial, o que na prática não se concretizou e os trabalhadores continuaram a receber menores salários com o passar dos anos.

Almeida aponta que uma das motivações para a deflagração do movimento grevista de 1909, resultou das inconformidades dos trabalhadores frente ao não cumprimento da promessa realizada oito anos antes, bem como das desigualdades de salários e cargos de poder entre os operários brasileiros e ingleses, despertando um sentimento de disputa de nacionalidade entre os mesmos, que após a deflagração da greve também é elucidado pela imprensa da época.

### 3.1 Primeiras articulações

Em 08 de janeiro de 1909 o jornal *Diário de Pernambuco* anuncia em sua primeira página, no tópico “Várias”, a seguinte notícia: “Continuam a ser propalados boatos de uma greve em toda rêde da Great Western”.<sup>63</sup> No dia seguinte, 9 de janeiro, o jornal dedica um tópico exclusivo para apresentar maiores detalhes sobre a organização do possível movimento e as medidas tomadas pelos trabalhadores até o momento:

Ha dias corre noticia de um movimento grevista de caráter pacifico, em todas as linhas da Great Western. A greve será decretada de Maceió a Natal e funda-se na pretensão dos empregados brasileiros de conseguirem augmento de ordenados. Hoje um deputado federal, um lente da academia e conhecido advogado apresentarão á superintendencia da Great Western uma representação em que os empregados brasileiros solicitam o augmento do 50% em seus vencimentos. Nessa representação é dado o prazo de 24 horas á superitendencia para resolver o caso, findo o qual irromperá a greve. Hontem quando o trem que

---

<sup>62</sup> ALMEIDA, Luiz Sávio. **Crônicas Alagoanas**: notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas. Alagoas: EdUFAL.

<sup>63</sup> Várias. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 85, n. 5, 08 jan. 1909, p.1.

descia da Victoria chegou á estação de Areias, os operarios que trabalhavam na ligação hastearam a bandeira nacional, erguendo vivas e saltando foguetes. Conforme consta a gréve será pacifica, entretando o dr. chefe de policia já hontem conferenciou com seus auxiliares a respeito das medidas a adoptar.<sup>64</sup>

A preocupação do jornal em fornecer um espaço maior em suas páginas para as reivindicações dos trabalhadores ferroviários de um dia para o outro demonstra o clima de tensão e interesse no movimento por parte de diversos setores da sociedade, sobretudo a burguesia letrada e comercial - que possuía acesso ao periódico e seus negócios dependiam do transporte ferroviário - e do próprio Estado, através das suas forças repressivas, que de antemão já se articulavam para tomar medidas caso o movimento fosse deflagrado, mesmo sendo anunciado na imprensa que se tratava de uma organização pacífica. Além disso, o fato do periódico, dias antes da greve, noticiar as articulações dos operários demonstra o clima de organização dos mesmos, que possivelmente já estavam em diálogo com os companheiros dos demais estados, uma vez que a greve deveria agrupar toda rede da Great Western, possuindo até mesmo representantes políticos e legais para realizar as negociações com a empresa.

No dia 10 de janeiro, o *Diario de Pernambuco* continua a acompanhar as negociações dos trabalhadores nordestinos com a empresa inglesa. Em notícia divulgada na edição deste dia, o jornal descreveu em detalhes o encontro dos representantes dos trabalhadores – José Vicente, Nobre Lacerda e José Bezerra – com o superintendente da Great Western, J. Lorimer, e o advogado da mesma, Minervino de Moura Soares. Ao entregar as reivindicações propostas pelos operários, foi solicitado pela empresa que o prazo de negociação inicial se estenda até a terça-feira no dia 12, tendo em vista o impedimento provocado pelo final de semana para prosseguimento do acordo. Aceito pela comissão dos trabalhadores, a prorrogação de prazo foi informada por meio telegráfico aos estados de Alagoas, Paraíba e Natal. Destaca-se que no documento entregue a empresa, é exposto em pontos às exigências dos trabalhadores para não deflagrarem a greve:

1º Aumento de 50% para os empregados, cujos salários não excederam de duzentos e cinquenta mil réis (250\$00);

---

<sup>64</sup> Gréve. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 85, n.6, 09 jan. 1909, p.1.

- 2° Descanço (folga) de dois dias pelo menos durante 30 dias de serviço para machinistas, foguistas, e condutores, sem prejuízo dos seus vencimentos e sem obrigação de comparecerem á officina ou às estações e secções respectivas;
- 3° Responsabilidade da companhia para com os seus empregados pelos accidentes do trabalho;
- 4° Garantia de conservação nos respectivos logares dos empregados, que adoecerem, sem prejuízo dos seus vencimentos durante a moléstia;
- 5° Abolição das remoções obrigatórias;
- 6° Augmento de mais dois passes livres durante o anno, para os empregados e suas famílias;
- 7° Consessão de diárias aos empregados quando em serviço fóra das officinas ou das secções;<sup>65</sup>

Verifica-se que os pontos elucidados tratam de questões básicas por melhores condições de trabalho e garantias de direitos que não estavam previstos em lei, como a questão dos accidentes de trabalho e da folga, demonstrando que os trabalhadores estavam condicionados a cargas de trabalho exaustivas e a péssimas condições estruturais, despertando uma preocupação com os eminentes riscos de accidentes.

No dia 12 de janeiro o Diário de Pernambuco divulga o posicionamento da Great Western em relação às reivindicações dos trabalhadores, decidida em conferência com o ministro da Indústria e Viação do Brasil, Miguel Calmon. A posição do mesmo frente às questões propostas pelos operários consistia em “não julgar conveniente que a companhia atenda as exigencias sob pressão e ameaças”, aconselhando a empresa a solicitar aos governos dos estados envolvidos “auxilio para protecção das estradas que são bens federaes”. A notícia finalizava com o apoio do governo federal a Great Western, colocando-se à disposição não somente para assegurar as estradas, mas também proteção aos operários dispostos a trabalhar.<sup>66</sup>

Novamente é possível visualizar o apoio do Estado aos empresários ingleses em detrimento dos trabalhadores brasileiros. Verifica-se que pautas tão básicas e necessárias para dignidade e uma melhor condição das classes populares não se sustentavam como uma preocupação da instituição máxima brasileira, que deveria

---

<sup>65</sup> A Great Western. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano 85, n.7, 10 jan. 1909, p.1.

<sup>66</sup> Telegrammas – Serviço especial do diário: Conferencia sobre a gréve do pessoal da Great Western. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 85, n.8, 12 jan. 1909, p.1.

resguardar garantias mínimas para os operários, colocando-se como uma questão de ordem secundária e não conveniente para os interesses dos governantes.

### 3.2 A greve

Findado a prorrogação de prazo e o não cumprimento por parte da empresa em atender as pautas dos operários, no dia 13 de janeiro o jornal *Diario de Natal* noticiou a deflagração da greve, que, segundo um operário da sessão desse estado, teria começado na noite anterior. Relatando a questão do rebaixamento de salários e as condições precárias em que se encontravam os operários da Great Western, o periódico afirma ser correto o movimento, pois, apesar de não realizarem apologia a greves, no caso da Great Western considerava-se justa a “atitude dos empregados e operarios nacionaes, cujos direitos teem sido desatendidos pela poderosa companhia”.<sup>67</sup>

Em Recife, sede da comissão organizadora do movimento grevista, o jornal *Diario de Pernambuco* dedicou toda a sua primeira página para relatar os detalhes da deflagração da greve, que se iniciou pela contadoria, caixa e impressão de bilhetes.<sup>68</sup> Neste mesmo dia, no tópico “Vida Comercial”, o periódico destacou que em virtude da deflagração da greve não teria sido possível divulgar o movimento da entrada de mercadoria, tendo em vista a paralisação das linhas férreas<sup>69</sup>, pondo em evidência as primeiras consequências do movimento ao comércio.

No dia 14 de janeiro, o periódico trouxe em suas páginas de forma mais sólida a deflagração do movimento e as articulações dos trabalhadores realizadas no dia anterior, que, impedidos de realizarem um *meeting* na tarde do dia 13 pelo Chefe de Polícia Ulysses Costa, os trabalhadores se aglomeram na Praça da Independência no Recife, realizando falas e sendo acompanhados por delegados policiais. Posteriormente se dirigiram a redações de vários jornais, proferindo discursos na janela do *Pernambucano*. Além disso, outra comissão de trabalhadores esteve durante todo o dia na estação central, onde, segundo o periódico, o chefe do movimento, João da Hora, não encontrou nenhum outro trabalhador que se sujeitasse a trabalhar, sempre acompanhados ou vigiados pela guarda policial. Na entrada principal da estação encontrava-se o seguinte aviso:

<sup>67</sup> Great Western. **Diario do Natal** – Orgam do partido republicano. Estados Unidos do Brazil, Rio Grande do Norte – Natal, ano XVIII, n. 3. 615, 13 jan. 1909, p.2.

<sup>68</sup> A greve da Great Western. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 85, n.9, 13 jan. 1909, p.1.

<sup>69</sup> Vida comercial. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano 85, n.9, 13 jan. 1909, p.2.

Em consequência da gréve do pessoal dessa companhia avisa-se ao publico que até segundo aviso fica suspenso o trafego, não havendo transporte de passageiros, bagagens, mercadorias e etc, nem serviço telegraphico. (Assinado) O superintendente, J.A Lorimer.<sup>70</sup>

Os comerciantes do Recife, através da Associação Commercial, se mostravam bastante preocupados com os rumos do movimento, solicitando por parte do governo que fosse tomado alguma medida para o fim da greve, apesar dos operários divulgarem nota através da imprensa solicitando a compreensão dos mesmos durante o período grevista.<sup>71</sup> Essa questão também se faz presente nas páginas do *Diario do Natal* ao noticiar que a paralisação afetava diretamente a economia dos quatro estados envolvidos, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e o Rio Grande do Norte.<sup>72</sup> Nota-se por parte dos periódicos certa influência em relação às consequências da greve no andamento da economia e na falta de gêneros básicos, ao publicar constantemente notícias neste sentido, despertando na sociedade uma preocupação mais intensa em relação à continuidade do movimento.

Os dias que se seguiram à greve continuaram a ser marcados por intensas notícias veiculadas pela imprensa. Em Recife, por ser o estado em que se localizava a comissão central, o jornal *Diario de Pernambuco* divulgou em suas páginas um espaço especial reservado à greve, que em sua maioria estava situada na primeira página, com tópicos sobre o andamento da mesma, os *meetings* realizados durante o dia anterior e a constante vigilância policial que era submetida aos trabalhadores, seja em praças ou nas próprias estações em que os mesmos se faziam presentes. Já para a comissão de Natal, as notícias chegavam através de telegramas do Recife, que de forma mais resumida informavam o andamento e os próximos passos do movimento.

Apesar de a imprensa divulgar constantemente em tom de preocupação as consequências da greve, ao mesmo tempo também destacava apoios dos mais diversos campos da sociedade que se afloravam em favor dos grevistas, como é o caso dos acadêmicos de direito do Recife, que divulgaram nota em apoio aos trabalhadores,

---

<sup>70</sup> The Great Wesrtern of Brasil Raiwal company limited. Aviso ao publico. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano 85, n.10, 14 jan. 1909, p.2.

<sup>71</sup> A greve da Great Western. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano 85, n.9, 14 jan. 1909, p.1.

<sup>72</sup> Greve da Great Western. **Diario do Natal** – Orgam do partido republicano. Estados Unidos do Brazil, Rio Grande do Norte – Natal, ano XVIII, n. 3.616, 14 jan. 1909, p.1.

solicitando ao ministro da viação que intervisse em favor dos operários<sup>73</sup>, além de outros municípios, como é o caso de Guarabira na Paraíba<sup>74</sup>, e posteriormente os municípios de Palmares e Caruaru em Pernambuco, Vitória em Espírito Santo e Maceió em Alagoas que passaram a se solidarizar com os trabalhadores.<sup>75</sup> Além disso, à informação de que os estivadores, magarefes, empregados dos bondes e das águas do Recife entraram em greve em apoio aos operários ferroviários.<sup>76</sup>

Em meio às notícias diárias, o jornal o *Diario do Natal* também divulgou poesias em tom crítico à empresa Great Western, a exemplo da intitulada “De meu canto”, assinado por Neto:

O tempo é de greve, barulho, o diabo... O povo brasileiro esta revoltado contra a prepotencia de poderosas companhias estrangeiras,  
No sul é grande o barulho. No norte faz se parede, o povo que ao inglez tem sede levanta'se contra o esbulho.  
Estes estão roendo um cachorro crú. Não attendem as justas reclamações, mas estão também comendo safado... livrem-se de uma revolta geral...  
Então é grande a arrelia o povo que muito pode faz tudo feder a bode e mister na pua chia.<sup>77</sup>

As linhas rimadas demonstram de forma explícita a concepção do autor em relação ao empresariado inglês, visto como opressores do povo brasileiro. A questão da nacionalidade era algo que despertava, desde o período imperial, intensas disputas por espaços de poder entre trabalhadores e grandes empresários europeus, que vinham para o Brasil realizar investimentos para a modernização do país. Além disso, as rivalidades podiam se dar entre os próprios trabalhadores, como demonstra Sidney Chalhoub em *Trabalho, Lar e Botequim*<sup>78</sup>, ao analisar os espaços de sociabilidade e disputas de brasileiros e estrangeiros na esfera dos mundos do trabalho na cidade do Rio de Janeiro. Embora nos estados do atual Nordeste o fluxo de imigrantes não fosse tão intenso,

<sup>73</sup> A greve da Great Western: os acadêmicos de direito. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 85, n.11, 15 jan. 1909, p.2.

<sup>74</sup> **Diário do Natal** – Orgam do partido republicano. Estados Unidos do Brazil, Rio Grande do Norte – Natal, ano XVIII, n. XVIII, n. 3.617, 16 jan. 1909, p.1.

<sup>75</sup> Telegrammas. **Diário do Natal** – Orgam do partido republicano. Estados Unidos do Brazil, Rio Grande do Norte – Natal, ano XVIII, n. 3.618, 17 jan. 1909, p.2.

<sup>76</sup> Telegrammas. **Diário do Natal** – Orgam do partido republicano. Estados Unidos do Brazil, Rio Grande do Norte – Natal, ano XVIII, n. 3.618, 17 jan. 1909, p.2.

<sup>77</sup> De meu canto. **Diário do Natal** – Orgam do partido republicano. Estados Unidos do Brazil, Rio Grande do Norte – Natal, ano XVIII, n. XVIII, n. 3.617, 16 jan. 1909, p.1.

<sup>78</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

durante a Primeira República, essas tensões também se faziam sentir como um reflexo da dinâmica do próprio país.

Com o comércio paralisado, em virtude do não abastecimento de mercadorias, os jornais intensificaram notícias relatando as consequências da greve nas atividades econômicas dos quatro estados envolvidos e a falta de consciência da empresa inglesa de não atender as reivindicações dos trabalhadores, negando-se a realizar acordos com os grevistas, fazendo com que o movimento se estendesse por mais de dez dias, como é possível observar em um artigo publicado pelo *Diario de Natal* em 23 de janeiro:

Avultam dia a dia os prejuízos que a paralyzação do trafico da Great Western ao povo em geral servido pelos seus trens, de Alagoas á Natal.

A superintendencia do sponte sua ou por conta da directoria da companhia em Londres, caprichosamente não quer entrar em acordo com os grevistas, o que dá motivo a continuação da greve, acarretando essa somma de prejuízos para todos.

Desse capricho exclusivamente depende toda sorte de males que nos causa a paralyzação do trafego, e delle dependerão sem duvida as consequências funestas, que possam surgir finalmente, cansada que seja a paciência dos nossos patrícios.<sup>79</sup>

Neste mesmo, dia o jornal *Diario de Pernambuco*, por sua vez, publicou em sua primeira página a insatisfação geral que parecia se abater sobre a sociedade, em que “clero, nobreza e povo” já não aguentavam a continuação da greve, que tinha se tornado o “assumpto de todas as conversações”.<sup>80</sup> No dia seguinte, em 24 de janeiro, no tópico “A greve: um apello á conciliação” o periódico, temendo que as consequências afetassem ainda mais a sociedade, principalmente o setor econômico dos estados, solicita por partes dos grevistas e da Great Western que venham a entrar em acordo, antes que os operários se assemelhassem a movimentos de rebeldes revolucionários, tendo em vista a resistência da empresa inglesa em não atender as demandas dos trabalhadores, pautando até mesmo a demissão em massa para que outros trabalhadores viessem a ocupar o lugar dos grevistas, fazendo com o que as vias fossem liberadas.

---

<sup>79</sup> A greve da Great Western. **Diario do Natal** – Orgam do partido republicano. Estados Unidos do Brazil, Rio Grande do Norte – Natal, ano XVIII, n. 3.622, 23 jan. 1909, p.1.

<sup>80</sup> Cinematographico. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano 85, n.18, 23 jan. 1909, p.1.

Nesta mesma edição, apenas em páginas diferentes, o periódico divulga o início das negociações para o fim da greve.<sup>81</sup>

### 3.3 Últimas negociações e fim da greve

Segundo Luiz Sávio de Almeida, após mais de dez dias de greve a sociedade entrava em um momento de forte tensão, estando as forças federais prontas para resolver movimentos de ordem violentas e que pudessem afetar a ordem social, que até então vinha sendo controlada pela força repressiva da polícia local. Em reunião no palácio do governo de Pernambuco, no dia 24 de janeiro, contando com a participação da Associação Comercial, Sociedade Auxiliadora da Agricultura, União dos Sindicatos Agrícolas, o superintendente da Great Western e os advogados representantes dos grevistas, definiu-se o fim do movimento e o comprometimento por parte da empresa em atender as demandas dos trabalhadores.

Os jornais aqui examinados anunciaram detalhes sobre o fim da greve no dia 26 de janeiro, tendo em vista o dia 25 ser um domingo, de formas bem distintas. O *Diario de Pernambuco* noticiou em suas páginas, de maneira geral, a volta do funcionamento das estações e da dinâmica econômica da região, bem como reproduções de ofícios parabenizando a polícia local pelo trabalho desempenhado na manutenção da “ordem social”.<sup>82</sup> Em contrapartida o jornal *Diario de Natal* noticiou o fim da greve com a manchete intitulada “A victoria dos grevistas”, relatando como a notícia chegou para os operários de Natal e os movimentos realizados pelos mesmos em comemoração ao fim da greve e o atendimento de suas pautas no domingo à tarde, em que os trabalhadores saíram em marcha pelas principais ruas da cidade, ao som de vivas e da banda policial:

Desde sabbado á noite, quando se teve nesta capital a notícia do termino da greve, solução que vinha de ter aquela revolta com o triumpho da causa dos operarios nacionaes que nesta cidade houve manifestações de regosijo.

Na estação da Great Western, onde agglomerou-se grande massa popular repicara festivamente a sineta e subiram ao ar muitos foguetes.

Apesar do adeantado da hora nas ruas, aos primeiros signaes alviçareiros, movimentou-se o povo que corria pressuroso e

---

<sup>81</sup> **Diario de Pernambuco**, Recife, ano 85, n.18, 23 jan. 1909, p.2.

<sup>82</sup> A greve da Great Western. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano 85, n.20, 26 jan. 1909, p.1.

receber a boa nova. Em diversas ruas da ribeira por muito tempo tocaram se foguetes.

Amanheceu o domingo, para todos cheio de sol, de vida um dia alegre, com o que a natureza se quizesse casar com regosijo que ia pelo coração dos que vinham de triunfar numa causa justa e com elles, pelo menos motivo se alegravam.

A liga operaria de Natal, que com sessão extraordinária aos primeiros acontecimentos da greve, publicamente tinha apoiado o movimento dos seus companheiros da Great Western, reiterando votos de solidariedade, coherente com o seu procedimento anterior, em prova de regosijo fez ao meio dia uma sessão para que foram convidados todos os grevistas presentes nesta capital.<sup>83</sup>

Percebe-se que as ambiguidades da imprensa aqui analisada, ora estando ao lado dos trabalhadores, ora ao lado da empresa e do Estado em nome da “ordem”, são evidências das tensões sociais provocadas pelo conflito de classe de ordem mais direta que é a greve. Porém, o jornal *Diario do Pernambuco*, a partir de suas notícias, indica sua posição mais direta contra os grevistas. Com o fim da greve o periódico divulgou em suas páginas uma nota da Great Western em agradecimento ao governador do estado de Pernambuco e em especial ao chefe da guarda Ulysses Costa por ter acompanhado todo o movimento, fazendo com que não houvesse maiores problemas:

Hontem o dr. governador do Estado recebeu do sr. J. Lorimer, superintendente da Great Western, o officio abaixo:

Exm. Sr.dr. Herculano Bandeira Mello. – Cumprimos o grato dever de vir agradecer a v. exc. A efficaz e honrosa intervenção junto a esta companhia para o termino da gréve de parte do pessoal, que por muitos dias obrigou a suspensão do trafego nas varias linhas a cargo desta companhia, ao mesmo tempo que agradecemos a v. exc. as medidas de ordem governamental equitativamente empregadas de modo a evitar que durante a vigência da mesma gréve, não fosse perturbada a ordem publica nem damnificada a propriedade do governo federal actualmente a cargo desta empresa.

Apresentando estes agradecimentos que são os mais abundantes e sinceros, prevalecemo-os no ensejo para apresentar a v. exc. o testemunho mais elevado de nosso mais elevado apreço . Saúde e fraternidade – J. Lorimer, superintendente.<sup>84</sup>

---

<sup>83</sup> A victoria dos grevistas. **Diario do Natal** – Orgam do partido republicano. Estados Unidos do Brazil, Rio Grande do Norte – Natal, ano XVIII, n. 3.624, 26 jan. 1909, p.1.

<sup>84</sup> A greve da Great Western. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano 85, n.20, 27 jan. 1909, p.1.

Dessa forma, embora a atuação do estado tenha se feito presente durante as negociações entre os grevistas e a Great Western, ressaltando-se que em concomitância aos interesses da empresa inglesa e utilizando-se de forças repressivas para vigiar os trabalhadores e os mantendo em ordem, as articulações travadas pelo movimento que durou 13 dias, demonstra o nível de organização dos ferroviários em um período marcado pelo autoritarismo das oligarquias regionais – que ocupavam os quadros políticos – em parceria com o capital estrangeiro.

A greve dos trabalhadores da Great Western marcou o início do século XX no atual Nordeste, tendo consequências para experiências mais profundas que irão resultar em organizações de trabalhadores pelos quatro estados envolvidos através de sindicatos, associações, clubes e até mesmo jornais, bem como na circulação de militantes e na deflagração de greves em outros setores. A partir desta experiência, podemos visualizar o movimento operário brasileiro a partir de sua mobilidade, por meio de uma greve que se deflagra em quatro estados e consegue paralisar uma das mais importantes atividades econômicas do país, os meios de transportes.

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio a uma historiografia regional marcada pela tradicional análise da classe trabalhadora relegada aos bastidores dos eventos históricos, ao longo deste trabalho buscamos evidenciar esses sujeitos a partir da dinâmica social em que estavam inseridos, analisando as suas formas de organização e experiência durante a Primeira República, por meio de revisões historiográficas que nos possibilitaram construir indícios de quem eram os trabalhadores urbanos nordestinos do início do século XX, bem como as relações sociais que os mesmos construíram em um período marcado por constantes transformações sociais e culturais, que impulsionaram novas formas de comportamento e de vida.

Considerando que as greves constituem-se como resultado final de formas de organizações mais estruturadas, o levantamento de dados aqui elucidado possibilita compreender não apenas o número de movimentos ocorridos em atuais estados nordestinos, mas evidenciar os conflitos de classe travados em uma região de incipiente industrialização e com intensos traços de autoritarismo a partir dos mecanismos de poder exercidos pelas oligarquias regionais, mas que também receberam os impactos das organizações operárias em todo o mundo, a partir, por exemplo, da Revolução Russa.

Para esta pesquisa, o uso das fontes periódicas, tanto dos jornais operários como da imprensa aqui chamada de “grande circulação”, foram imprescindíveis, tendo em vista que, em meio à escassez de fontes, o cruzamento das mesmas nos possibilitaram diversas considerações que deverão subsidiar futuras análises sobre os trabalhadores urbanos nordestinos e a viabilidade de perceber a mobilidade do movimento em diferentes estados, como foi possível observar em algumas notícias e na circulação dos militantes socialistas Agripino Nazareth e Antonio Canellas.

Assim, procuramos a partir dos conceitos de classes sociais – que na perspectiva thompsoniana é indissociável da consciência de classe – compreender as resistências, conciliações e demais formas de atuação dos trabalhadores urbanos, que mesmo de forma indireta e sem o rompimento da dominação de classe, se contrapuseram e alteram a dinâmica social imposta.

## REFERÊNCIAS

- **Fontes:**

**1º de Maio:** Tudo pelo proletário – Tudo pelo socialismo. Maceió, ano I, n. 1, 1 de maio de 1914, p. 1-4.

**A Ação:** Orgam da Sociedade União dos Estivadores. Recife, ano I, n.1, 01 de maio de 1918, p.2.

**A Vanguarda.** Semanario de Defeza Operária. Recife, ano I, n.1, 11 de setembro de 1919, p. 1-4.

**A Vanguarda.** Semanario de Defeza Operária. Recife, ano I, n.1, 23 de outubro de 1920, p. 1-4.

**Aves Libertas.** Orgão da União Ferro-Viario do Nordeste. Pernambuco, ano I, n. 1, 05 de março de 1922, p.1-4.

**A Sentinela.** Orgão da União Ferro-Viaria do Nordeste. Jaboatão, n. 13, 29 de outubro de 1922.

**A Censura.** Orgão de Defesa as Classes Proletárias de Pernambuco. Recife, ano I, n. 2, 05 de julho de 1926, p. 1-4.

**A Alvorada.** Aracajú, ano I, n. 8, 01 de agosto de 1915, p. 1-4.

**A Alvorada.** Aracajú, ano I, n. 10, 15 de agosto de 1915, p. 1-4.

**A Voz Operária.** Orgam Syndicalista. Pernambuco, ano I, n. 1, 15 de dezembro de 1916, p. 1-4.

**A Voz Operária.** Orgam Syndicalista. Pernambuco, ano II, n. 04, 01 de fevereiro de 1917, p. 1-4.

**A Voz Operária.** Orgam Syndicalista. Pernambuco, ano II, n. 14, 08 de outubro de 1917, p. 1-4.

**A Lucta.** Sobral, ano IX, n. 586, 13 janeiro 1923, p.1.

**A Semana social:** Orgão politico, litterario e noticioso. Maceió, ano I, n. 7, 30 maio 1917. p.4.

**A Vanguarda.** Pernambuco, ano I, n. 01, 11 agosto 1919, p. 4.

**Diário de Pernambuco,** Recife, ano 85, n. 5, 08 jan. 1909, p.1.

**Diário de Pernambuco,** Recife, ano 85, n.6, 09 jan. 1909, p.1.

**Diario de Pernambuco,** Recife, ano 85, n.7, 10 jan. 1909, p.1.

**Diário de Pernambuco,** Recife, ano 85, n.8, 12 jan. 1909, p.1.

**Diário de Pernambuco,** Recife, ano 85, n.9, 13 jan. 1909, p.1.

**Diario de Pernambuco,** Recife, ano 85, n.9, 13 jan. 1909, p.2.

**. Diario de Pernambuco,** Recife, ano 85, n.10, 14 jan. 1909, p.2.

**Diario de Pernambuco,** Recife, ano 85, n.9, 14 jan. 1909, p.1.

**Diário de Pernambuco,** Recife, ano 85, n.11, 15 jan. 1909, p.2.

**Diario de Pernambuco,** Recife, ano 85, n.18, 23 jan. 1909, p.1.

**Diario de Pernambuco,** Recife, ano 85, n.18, 23 jan. 1909, p.2.

**Diario de Pernambuco,** Recife, ano 85, n.20, 26 jan. 1909, p.1.

**Diario de Pernambuco,** Recife, ano 85, n.20, 27 jan. 1909, p.1.

**Diario do Natal** – Orgam do partido republicano. Estados Unidos do Brazil, Rio Grande do Norte – Natal, ano XVIII, n. 3. 615, 13 jan. 1909, p.2.

**Diario do Natal** – Orgam do partido republicano. Estados Unidos do Brazil, Rio Grande do Norte – Natal, ano XVIII, n. 3.616, 14 jan. 1909, p.1

**Diario do Natal** – Orgam do partido republicano. Estados Unidos do Brazil, Rio Grande do Norte – Natal, ano XVIII, n. XVIII, n. 3.617, 16 jan. 1909, p.1.

**Diario do Natal** – Orgam do partido republicano. Estados Unidos do Brazil, Rio Grande do Norte – Natal, ano XVIII, n. 3.618, 17 jan. 1909, p.2.

**Diario do Natal** – Orgam do partido republicano. Estados Unidos do Brazil, Rio Grande do Norte – Natal, ano XVIII, n. 3.618, 17 jan. 1909, p.2

**Diario do Natal** – Orgam do partido republicano. Estados Unidos do Brazil, Rio Grande do Norte – Natal, ano XVIII, n. XVIII, n. XVIII, n. 3.617, 16 jan. 1909, p.1.

**Diario do Natal** – Orgam do partido republicano. Estados Unidos do Brazil, Rio Grande do Norte – Natal, ano XVIII, n. 3.622, 23 jan. 1909, p.1.

**Diario do Natal** – Orgam do partido republicano. Estados Unidos do Brazil, Rio Grande do Norte – Natal, ano XVIII, n. 3.624, 26 jan. 1909, p.1.

**Folha do Povo.** Jornal de Ação Popular. Maranhão, ano X, n. 126, 30 de julho de 1930, p. 1-4.

**Germinal.** Bahia, ano I, n. 1, 19 março 1920 p. 1.

**Germinal.** Bahia, ano I, n. 1, 19 março 1920 p. 3.

**Germinal.** Bahia, ano I, n.1, 19 de março de 1920, p.4.

**Germinal.** Bahia, ano I, n. 1, 19 março 1920 p. 8.

**Germinal.** Bahia, ano I, n. 2, 03 abril 1920 p. 2.

**Jornal do Ceará.** Fortaleza, ano I, n. 63, 10 julho 1904, p. 1.

**Jornal** – Diário, político e noticioso. Paraíba, 1923.

**Jornal** – Diário, político e noticioso. Paraíba, 1924.

**Oasis.** Rio Grande do Norte, 1900.

**O Artista.** Orgam Official da Sociedade União Progressista dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Parnahyba. Parnahyba, ano II, n. 06, 24 de agosto de 1920, p. 1-4.

**O Escravo.** Maceió, ano I, n. 1, 28 de outubro de 1920, p. 3.

**O Escravo.** Maceió, ano I, n. 1, 28 de outubro de 1920, p. 4.

**O Operário.** Orgão Quinzenal e de Defesa do Proletariado e do Povo em Geral. Ceará, ano I, n. 01, 02 de julho de 1927, p. 1-4.

**O Mez Operário.** Recife, ano II, n. 05, 1925, p. 1-4.

**O Proletário.** Maceió, ano I, n. 1, 17 de janeiro 1902, p. 2.

**O Luctador:** Orgão da Confederação Operaria de Pernambuco. Recife, ano I, n. 4, 19 dezembro 1914, p.4.

**O Sindicato.** Alagoas, ano I, n.02

**O Rebate.** Doutrinal, Instrutivo e Noticioso. Maceió, ano I, n. 01, 01 de maio de 1915, p. 1-4.

**O Caduceu.** Orgam dos Empregados no Commercio de Alagôas. Maceió, ano III, n. 3, 18 de agosto de 1918, p. 1-4.

**O Caduceu.** Orgam dos Empregados no Commercio de Alagôas. Maceió, ano III, n. 4, 25 de agosto de 1918, p. 1-4.

**O Caduceu.** Orgam dos Empregados no Commercio de Alagôas. Maceió, ano III, n. 5, 01 de setembro de 1918, p. 1-4.

**O Guia.** Paraíba, 1900.

**O Povo.** Maceió, ano I, n. 01, 04 de agosto de 1918, p. 1-4.

**O Povo.** Maceió, ano I, n. 04, 02 de setembro de 1918, p. 1-4.

**O Maracajá.** Pernambuco, ano I, n. 01, 01 de junho de 1926, p. 1-10.

**O Maracajá.** Pernambuco, ano I, n. 02, 16 de junho de 1926, p. 1-10.

**O Maracajá.** Pernambuco, ano I, n. 03, 05 de julho de 1926, p. 1-10.

**O Progresso.** Orgam Independente da Classe dos Barbeiros de Pernambuco. Recife, ano I, n. 02, 08 de novembro de 1926, p. 1-4.

**O Trabalho.** Organ Dedicado aos Interesses da “Liga Operária”. Mossoró, ano IV, n. 23, 01 de maio de 1926, p. 1-4.

**O Trabalho.** Organ Dedicado aos Interesses da “Liga Operária”. Mossoró, ano IV, n. 24, 16 de maio de 1926, p. 1-4.

**O Trabalho.** Organ Dedicado aos Interesses da “Liga Operária”. Mossoró, ano IV, n. 25, 06 de junho de 1926, p. 1-4.

**O Trabalho.** Organ Dedicado aos Interesses da “Liga Operária”. Mossoró, ano IV, n. 30, 15 de agosto de 1926, p. 1-4.

**O Tacape.**

**Renovação.** Natal, ano I, n. 02, 19 de junho de 1927, p. 1-4.

**Primeiro de Maio.** Centro Artístico Cearense. Fortaleza, ano XIII, n. 69, 01 de maio de 1918, p. 1-4.

**Trabalho Livre.** Maceió, ano III, n. 01, 01 de maio de 1914, p. 1-4.

**Tribuna do Povo.** Órgão dos Interesses do Povo. Viçosa, ano I, n. 01, 17 de agosto de 1916, p. 1-4.

**Tribuna do Povo.** Órgão dos Interesses do Povo. Viçosa, ano I, n. 02, 24 de agosto de 1916, p. 1-4.

**Tribuna do Povo.** Órgão dos Interesses do Povo. Viçosa, ano I, n. 04, 07 de setembro de 1916, p. 1-4.

**Tribuna do Povo.** Órgão dos Interesses do Povo. Viçosa, ano I, n. 05, 14 de setembro de 1916, p. 1-4.

**Tribuna do Povo.** Órgão dos Interesses do Povo. Viçosa, ano I, n. 06, 21 de setembro de 1916, p. 1-4.

**Tribuna do Povo.** Órgão dos Interesses do Povo. Viçosa, ano I, n. 07, 28 de setembro de 1916, p. 1-4.

**Tribuna do Povo.** Orgão dos Interesses do Povo. Viçosa, ano I, n. 08, 02 de outubro de 1916, p. 1-4.

**Tribuna do Povo.** Orgão dos Interesses do Povo. Viçosa, ano I, n. 09, 19 de outubro de 1916, p. 1-4.

**Tribuna do Povo.** Orgão dos Interesses do Povo. Viçosa, ano I, n. 10, 28 de outubro de 1916, p. 1-4.

**Tribuna do Povo.** Orgão dos Interesses do Povo. Viçosa, ano I, n. 11, 15 de novembro de 1916, p. 1-4.

**Tribuna do Povo.** Orgão dos Interesses do Povo. Viçosa, ano I, n. 12, 23 de novembro de 1916, p. 1-4.

**Tribuna do Povo.** Orgão dos Interesses do Povo. Viçosa, ano I, n. 14, 07 de dezembro de 1916, p. 1-4.

**Tribuna do Povo.** Orgão dos Interesses do Povo. Viçosa, ano I, n. 15, 16 de dezembro de 1916, p. 1-4.

**Tribuna do Povo.** Orgão dos Interesses do Povo. Viçosa, ano I, n. 16, 23 de dezembro de 1916, p. 1-4.

**Tribuna do Povo.** Orgão dos Interesses do Povo. Viçosa, ano I, n. 17, 30 de dezembro de 1916, p. 1-4.

**Tribuna do Povo.** Orgão dos Interesses do Povo. Viçosa, ano I, n. 18, 08 de janeiro de 1917, p. 1-4.

**Tribuna do Povo.** Recife, ano I, n. 4, 01 abril 1918, p. 4.

**Tribuna do Povo.** Recife, ano I, n. 03, 20 março 1918, p. 4.

**Tribuna do Povo.** Recife, ano I, n. 16, 10 agosto 1918, p. 3.

**Tribuna do Povo.** Recife, ano I, n. 17, 10 agosto 1918, p. 4.

**Tribuna do Povo.** Recife, ano I, n. 20, 20 setembro 1918, p. 3.

**Tribuna do Povo.** Recife, ano I, n. 20, 20 setembro 1918, p. 4.

**Tribuna do Povo.** Recife, ano I, n. 23, 01 novembro 1918, p. 4.

**Tribuna do Povo.** Recife, ano II, n. 44, 14 junho 1919, p. 4.

**Tribuna do Povo.** Recife, ano II, n. 49, 19 julho 1919, p. 2.

**Tribuna do Povo.** Recife, ano II, n. 52, 02 agosto 1919, p. 3.

**Tribuna do Povo.** Recife, ano II, n. 54, 20 agosto 1919, p. 2.

**Tribuna do Povo.** Recife, ano II, n. 56, 23 agosto 1919, p. 2.

**Voz do Graphico.** Orgão da Associação Graphica do Ceará. Fortaleza, ano I, n. 04, 05 de fevereiro de 1921, p. 1-4.

**Voz do Graphico.** Orgão da Associação Graphica do Ceará. Fortaleza, ano I, n. 06, 06 de março de 1921, p. 1-4.

**Voz do Graphico.** Orgão da Associação Graphica do Ceará. Fortaleza, ano I, n. 07, 12 de março de 1921, p. 1-4.

**Voz do Graphico.** Orgão da Associação Graphica do Ceará. Fortaleza, ano I, n. 08, 26 de março de 1921, p. 1-4.

**Voz do Operário.** Orgão do Centro Operário Sergipano. Aracajú, ano I, n. 01, fevereiro de 1920, p. 1-4.

**Voz do Operário.** Orgão do Centro Operário Sergipano. Aracajú, ano I, n. 02, março de 1920, p. 1-4.

**Voz do Operário.** Orgão do Centro Operário Sergipano. Aracajú, ano I, n. 04, 01 de maio de 1920, p. 1-4.

**Voz do Operário.** Orgão do Centro Operário Sergipano. Aracajú, ano I, n. 05, junho de 1920, p. 1-4.

**Voz do Operário.** Orgão do Centro Operário Sergipano. Aracajú, ano I, n. 06, julho de 1920, p. 1-4.

**Voz do Operário.** Orgão do Centro Operário Sergipano. Aracajú, ano I, n. 07, agosto de 1920, p. 1-4.

**Voz do Operário.** Orgão do Centro Operário Sergipano. Aracajú, ano I, n. 10, novembro de 1920, p. 1-4.

**U.G.T.P.** Recife, n. 02, janeiro 1927, p. 2

Relatórios dos Presidentes do Estado do Ceará (1900 a 1930);

Relatórios dos Presidentes do Estado da Paraíba (1900 a 1930);

Relatórios dos Presidentes do Estado de Pernambuco (1900 a 1930);

Relatórios dos Presidentes do Estado do Rio Grande do Norte (1900 a 1930);

- **Bibliografia**

ALMEIDA, Luiz Sávio. **Crônicas Alagoanas:** notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas. Alagoas: EdUFAL.

BATALHA, Claudio. **O movimento operário na Primeira República.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. **A historiografia da classe operária no Brasil:** Trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva.* São Paulo: Contexto, 2000, p. 145-158

CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. **História Social.** In: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. (Org.). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia.* 1ed. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1997, v., p. 45-60.

CASTELLUCI, Aldrin A. S. **Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República.** Salvador: Tese de Doutorado em História/UFBA, 2008.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. Cotidiano de trabalhadores urbanos na Parahyba moderna. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (org.). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste –**

**Análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba.** Campina Grande: Eduepb, 2015, p. 141-158.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, Campinas, v.14, n.26, p. 13-46.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

COSTA, Marina Barbosa Carvalho da. **Quando o canto é reza: lazer, morte e greve na formação da classe trabalhadora na freguesia da Gávea (1896-1917).** Revista Mundos do Trabalho, v. 4, n. 8, p. 182-203, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/19849222.2012v4n8p182>. Acesso em: 25 de abril de 2018.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A maldição do trabalho.** João Pessoa: Ed. Manufatura, 2004.

FIGUEIRÊDO, Márcio Tiago Aprígio de. **“Solidários nos demos as mãos”:** as associações mutualistas de trabalhadores na Parahyba do Norte (1881-1910). João Pessoa: Dissertação de mestrado em História/UFPB, 2016.

FOOT, Francisco; LEONARDI, Victor. **Historia da Indústria e do Trabalho no Brasil.** Global editora, 1982.

GASPAR, Lúcia. Great Western. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2009. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 02 de agosto de 2018.

GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge E. (org.). **A Imprensa Libertária no Ceará: 1908-1922.** São Paulo: Imaginário, 2000.

KARL, Marx; FRIEDRICH, Engels. **Manifesto do Partido Comunista.** 2ed. São Paulo: Editora Sundermann, 2009.p. 112.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

MONTEIRO, Claudia. **Ferrovários em greve**: relações de dominação e resistência a RUPSC. Revista de História Regional, p. 9-24, 2007. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2236>. Acesso em: 13 de abril de 2018.

MELO, Josemir Camilo. Escravos e moradores na transição para o trabalho assalariado em ferrovias de Pernambuco. Revista Saeculum, n. 25, p. 115-130, 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/13996> Acesso em: 20 de agosto de 2018.

MOREIRA, Keila Cruz. **Em nome da República**: Escolas e Tradições Modernas. Natal: Dissertação de mestrado em Educação/UFRN, 2011.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. (org.). **Trabalho e Trabalhadores no Nordeste**: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande: EDUEPB, 2015.

OLIVEIRA, Norma Rangel Rolim de. **Apresentação geral do acervo de Astrogildo Pereira**: Jornais operários da Primeira República Produzidos em Estados do atual Nordeste. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2017.

PARENTE, Eduardo Oliveira. **O tufão das reivindicações operárias**: trabalho urbano e conflitos sociais. Revista Mundos do Trabalho, v. 2, n. 3, p. 124-147, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/9849222.2010v2n3p124>. Acesso em: 13 de abril de 2018.

PETERSEN, Silvia. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. **Anos 90**, n. 3, p. 129-153, maio 1995.

\_\_\_\_\_. Levantamento da produção bibliográfica e de outros resultados de investigação sobre história operária e o trabalho urbano fora do eixo Rio-São Paulo. **Cadernos AEL**, vol.14, n.26, p. 257-344, 2009.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Movimentos sociais e meios de comunicação: Paraíba,1917-1921. **Textos UFPb-NDIHR**, nº 3, p. 2-70, 1983.

SILVA, Sandro Vasconcelos da Silva. **Quando o Recife sonhava em ser Paris: A mudança de hábitos das classes dominantes durante o século XIX.** Revista Saeculum, n. 25, p. 215-226, 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/14002> Acesso em: 20 de agosto de 2018.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas.** Tradução Magda Lopes. São Paulo: UNESP, p. 39-62, 1992.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** – vol. 1: A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.